



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS

Processo: **000490-0200/20-3**

Gabinete: **Ana Cristina Moraes**

Data de abertura: **03 de janeiro de 2020**

Matéria: **Contas Ordinárias**

Órgão: **CM DE GETÚLIO VARGAS - 48801**

Interessado(s): **Elói Nardi**
Domingo Borges de Oliveira



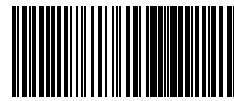
Consoante disposto no Regimento Interno deste Tribunal, em atos normativos próprios, e conforme o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 000490-0200/20-3
Órgão: CM de Getúlio Vargas
Matéria: Contas - Demais Responsáveis
Gabinete: Gab. Renato
Exercício: 2020

Distribuído em 15 de Janeiro de 2020.

Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/01/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

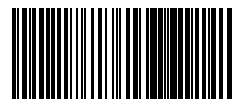
- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	78.308,15
Liquidado	53.980,56
Pago	42.557,83
SALDO A LIQUIDAR	24.327,59
SALDO A PAGAR	11.422,73

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

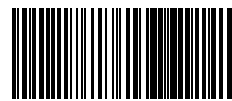
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	70.430,18D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	18.385,25C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.548,67C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	51.444,08D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	165,55D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.370,93D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	0,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	106.025,49C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.349.890,18D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.349.890,18C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	24.095,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.404.017,59D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	24.095,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.404.017,59C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	70.430,18D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	70.430,18D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	70.430,18D

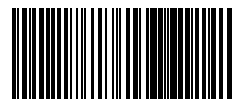
2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	114.266,01	61.870,60
Demais Contas	4.167.385,36	4.219.780,77
Totais	4.281.651,37	4.281.651,37
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		722

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16240

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5497 de 18/03/2019

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 36,111%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 40,00%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 58,571%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.



Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

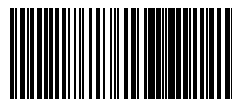
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



12001033616455778

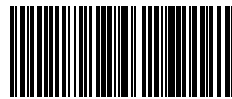


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 28 de Fevereiro de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 29/02/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

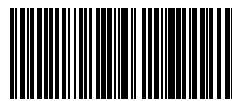
- Contábil
 Financeiro
 Patrimonial
 Pessoal
 Orçamentário
 Tributário
 Folha de Pagamento
 Outros
 Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	148.558,37
Liquidado	110.408,11
Pago	98.694,45
SALDO A LIQUIDAR	38.150,26
SALDO A PAGAR	11.713,66

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	120.274,27D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	18.704,76C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	103.554,25D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	331,10D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	6.090,19D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	432,57D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	211.990,66C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.420.140,40D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.420.140,40C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.518.270,11D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.518.270,11C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	0,00

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	120.274,27D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	120.274,27D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	120.274,27D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	228.475,60	126.236,10
Demais Contas	5.117.661,74	5.219.901,24
Totais	5.346.137,34	5.346.137,34
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		1.474

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16240

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5497 de 18/03/2019

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,481%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 33,333%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 56,667%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.



Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

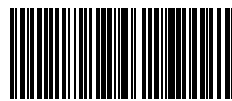
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



12001030538164223

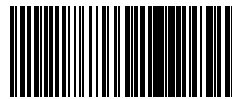


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 25 de Março de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/03/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

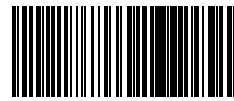
- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	203.664,36
Liquidado	168.889,47
Pago	157.876,86
SALDO A LIQUIDAR	34.774,89
SALDO A PAGAR	11.012,61

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

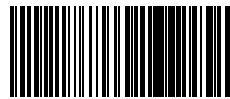
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	167.288,15D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	18.234,83C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	157.556,64D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	505,42D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	9.401,95D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	735,46D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	317.955,83C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.475.246,39D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.475.246,39C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.632.869,70D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.632.869,70C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	167.288,15D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	167.288,15D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	167.288,15D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Di#225;rio Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	344.145,96	194.892,58
Demais Contas	6.018.454,20	6.167.707,58
Totais	6.362.600,16	6.362.600,16
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		2.466

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 28,571%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 15,789%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 13,534%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

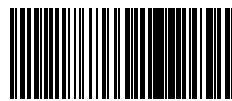
Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão,



aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

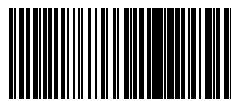
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



22001033374912893

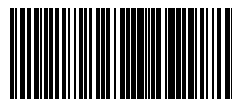


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 28 de Abril de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 30/04/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

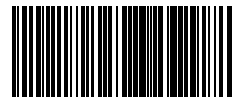
- Contábil
 Financeiro
 Patrimonial
 Pessoal
 Orçamentário
 Tributário
 Folha de Pagamento
 Outros
 Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	258.118,38
Liquidado	228.505,78
Pago	215.382,63
SALDO A LIQUIDAR	29.612,60
SALDO A PAGAR	13.123,15

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

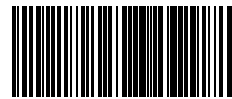
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	215.733,40D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	20.331,22C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	211.371,54D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	679,74D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	14.684,34D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.080,16D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	423.921,00C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.529.700,41D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.529.700,41C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.747.462,09D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.747.462,09C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	215.733,40D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	215.733,40D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	215.733,40D

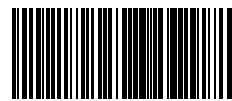
2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Di#225;rio Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	458.687,58	260.988,95
Demais Contas	6.895.337,32	7.093.035,95
Totais	7.354.024,90	7.354.024,90
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		3.174

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13º subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 29,545%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 14,907%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 11,801%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

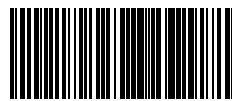
Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.



Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

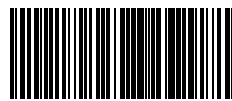
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



22001030304760426

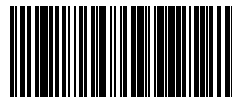


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 19 de Maio de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/05/2020

Tipo de entrega: Semestral

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

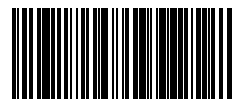
- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	312.454,25
Liquidado	285.873,14
Pago	273.602,21
SALDO A LIQUIDAR	26.581,11
SALDO A PAGAR	12.270,93

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	263.481,25D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	19.481,26C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	265.218,54D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	855,91D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	17.691,96D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.416,73D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	529.886,17C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.584.036,28D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.584.036,28C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.862.043,87D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.862.043,87C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	263.481,25D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	263.481,25D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	263.481,25D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	573.236,51	327.790,03
Demais Contas	7.762.291,96	8.007.738,44
Totais	8.335.528,47	8.335.528,47
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		3.810

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13º subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	0,00	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,303%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 14,754%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 10,929%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

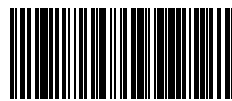
5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal



32001031963460944

5.2.1.3 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município - Valor Digitado

5.2.8 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo)

5.2.8.1 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

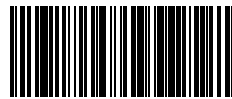
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		0,00	0,00	0,00

5.2.8.2 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal	0,00	0,00	0,00

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade



32001031963460944



Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

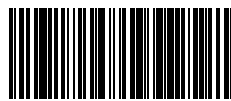
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 31/12/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



32001031963460944



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 22 de Junho de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Período: 1º Semestre
CM DE GETÚLIO VARGAS



42005020212032948

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



27/07/2020

08:29:20

3.0.1.2

Pág.: 1/2

Nome da Entidade: CM DE GETÚLIO VARGAS

CNPJ: 30974494000176

ORGÃO Nº: 48801

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 32003023603631010 (Modelo 14)

Lei de Instituição do Controle Interno: 3075

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 28/12/2001

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5502

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2019

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
583604099	Francis Albino Zanelato	Agente de Controle Interno	controleinterno@pmgv.rs.gov.br	

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Legislativo.

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2020, foram efetuadas pelo Poder Legislativo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Legislativo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2020.

O Poder Legislativo não excedeu o limite de 6% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2020.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Período: 1º Semestre
CM DE GETÚLIO VARGAS



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.2

27/07/2020

08:29:20

Pág.: 2/2

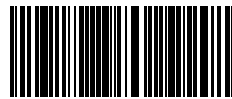
CM DE GETÚLIO VARGAS, 27/07/2020

ELÓI NARDI

Presidente da Câmara Municipal

Francis Albino Zanelato

Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 30/06/2020

Tipo de entrega: Semestral

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	386.300,29
Liquidado	362.932,40
Pago	351.043,52
SALDO A LIQUIDAR	23.367,89
SALDO A PAGAR	11.888,88

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

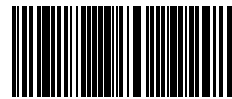
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	291.955,89D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	19.049,99C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	338.798,33D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.032,08D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	20.631,72D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	1.780,27D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	635.851,34C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.657.882,32D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.657.882,32C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	1.976.500,35D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	1.976.500,35C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	291.955,89D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	291.955,89D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	291.955,89D

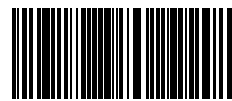
2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	793.625,95	519.704,83
Demais Contas	9.372.328,97	9.646.250,09
Totais	10.165.954,92	10.165.954,92
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		4.500

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

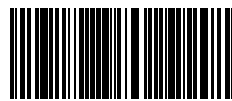
Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0		O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 30,357%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 14,904%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0		O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 10,096%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.3 Data e forma de Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - Poder Legislativo - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma de publicação
1º Semestre	Mural	28/07/2020	Mural junto ao Centro Administrativo Municipal
	Jornal	28/07/2020	Tribuna Getuliense
	Internet	28/07/2020	http://pmgv.rs.gov.br



Período	Tipo	Data	Forma de publicação
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1.3 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município - Valor Digitado

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015	47.324.485,52
--	---------------

5.2.8 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo)

5.2.8.1 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2019 - 01/07/2019 a 31/12/2019

CONTAS DE DESPESA

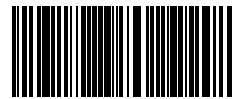
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	339.221,71	0,00	339.221,71
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3190089904000000	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	971,22	0,00	971,22
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		338.250,49	0,00	338.250,49

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1113031102	IRPF - Legislativo - Exercício Anterior	6.034,28	0,00	6.034,28
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		6.034,28	0,00	6.034,28

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00



32001023603631010

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior		332.216,21	0,00	332.216,21

5.2.8.2 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 30/06/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	337.995,41	0,00	337.995,41
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
3190089904000000	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	1.032,08	0,00	1.032,08
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		336.963,33	0,00	336.963,33

CONTAS DE RECEITA

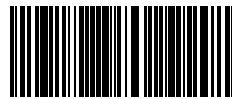
Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1113031102	IRPF - Legislativo - Exercício Atual	6.183,85	0,00	6.183,85
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		6.183,85	0,00	6.183,85

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS		0,00	0,00	0,00



32001023603631010

Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual	330.779,48	0,00	330.779,48
Total da Despesa com Pessoal	662.995,69	0,00	662.995,69

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

No mês de junho/2020 relativamente ao item subsídios do Presidente estão computados R\$ 4.129,06 correspondente ao subsídio do mesmo e R\$ 2.064,53 relativo ao adiantamento de parcela do 13º Salário, perfazendo o montante de R\$ 6.193,59.



32001023603631010



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 23 de Julho de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2020
CM DE GETÚLIO VARGAS
1º Semestre



32003023603631010



20.0.0.5
23/07/2020
10:59:13
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: CM DE GETÚLIO VARGAS

CNPJ: 30974494000176

ORGÃO Nº: 48801

Geração do PAD: Poder Legislativo

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015	VALOR AJUSTADO
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	47.324.485,52

MODELO 10 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% S/RCL
Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses	662.995,69	1,40 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		5,40 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		5,70 %
Limite Legal - LRF, alínea "a" do Inciso III do art. 20		6,00 %



Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2020
CM DE GETÚLIO VARGAS
1º Semestre



32003023603631010



20.0.0.5
23/07/2020
10:59:13
Pág.: 2/2

GETÚLIO VARGAS, 23 de Julho de 2020 .

ELÓI NARDI

Presidente da Câmara Municipal

EDIANE SIMONE CESCA BORTOLOTTI

Responsável pela Administração Financeira

FRANCIS ALBINO ZANELATO

Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/07/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	439.650,06
Liquidado	419.865,27
Pago	407.868,07
SALDO A LIQUIDAR	19.784,79
SALDO A PAGAR	11.997,20

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

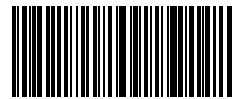
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	341.134,56D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	19.196,36C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	392.282,93D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.208,25D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	23.613,98D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	2.070,11D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	741.816,51C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.711.232,09D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.711.232,09C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.091.134,87D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.091.134,87C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	350,00C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	341.134,56D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	341.134,56D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	341.134,56D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



42001031039624061

Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	908.238,79	585.139,00
Demais Contas	10.231.108,75	10.554.208,54
Totais	11.139.347,54	11.139.347,54
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		5.120

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_72	0	0	JUSTIF.	Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 7/2020
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,667%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 14,957%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 10,256%

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_72 - Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 7/2020

Justificativa: Não foram realizados procedimentos licitatórios no Poder legislativo no mês de 07/2020, somente pequenas compras, que foram dispensadas pelo Artigo 24 da Lei 8666, sem a necessidade de formalização do processo.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal



42001031039624061

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



42001031039624061



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 25 de Agosto de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/08/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

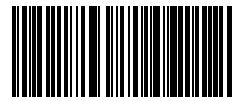
- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	493.830,07
Liquidado	476.190,07
Pago	465.573,80
SALDO A LIQUIDAR	17.640,00
SALDO A PAGAR	10.616,27

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

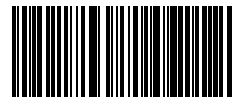
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	389.765,84D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	17.654,20C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	445.767,53D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.384,42D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	25.306,34D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	2.508,71D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	847.781,68C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.765.412,10D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.765.412,10C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.206.155,93D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.206.155,93C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	389.232,77D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	389.232,77D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	389.232,77D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.022.697,38	651.499,38
Demais Contas	11.094.245,09	11.465.443,09
Totais	12.116.942,47	12.116.942,47
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		5.792

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Agosto	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

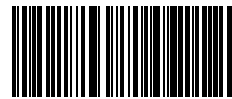
Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 32,061%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 13,953%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 9,69%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.



42001032730725839



5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



42001032730725839

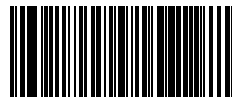


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 17 de Setembro de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 30/09/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	547.321,69
Liquidado	533.788,89
Pago	522.290,22
SALDO A LIQUIDAR	13.532,80
SALDO A PAGAR	11.498,67

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	438.484,90D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	18.539,98C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	499.252,13D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.560,59D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	29.397,03D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	2.889,14D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	953.746,85C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.818.903,72D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.818.903,72C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.320.635,77D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.320.635,77C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	438.484,90D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	438.484,90D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	438.484,90D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.137.170,88	716.720,75
Demais Contas	11.955.350,91	12.375.801,04
Totais	13.092.521,79	13.092.521,79
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		6.436

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13º subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Agosto	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Setembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

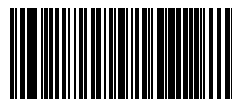
Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 32,394%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 13,523%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 9,609%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.



52001031268414937

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

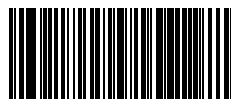
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



52001031268414937

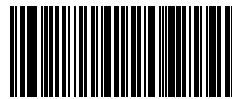


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 27 de Outubro de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176

Período: 01/01/2020 a 31/10/2020

Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS

Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão

nr: 681 compl: cp 48

Telefone: (54) 3341-3889

HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br

E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br

Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI

Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	601.349,64
Liquidado	589.401,60
Pago	579.255,25
SALDO A LIQUIDAR	11.948,04
SALDO A PAGAR	10.146,35

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

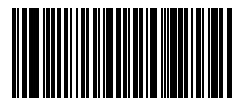
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	487.509,90D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	17.212,52C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.535,63C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	553.103,91D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.736,76D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	30.669,73D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	3.201,20D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.059.712,02C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.872.931,67D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.872.931,67C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.435.074,40D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.435.074,40C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	883,07C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	487.509,90D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	487.509,90D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	487.509,90D

2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.268.064,98	798.589,85
Demais Contas	12.823.289,29	13.292.764,42
Totais	14.091.354,27	14.091.354,27
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		6.994

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13º subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Agosto	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Setembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Outubro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

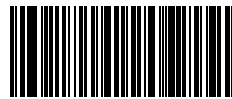
4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_72	0	0	JUSTIF.	Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 10/2020
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 33,113%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 13,712%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 9,365%

4.2 Avisos Justificados pela Entidade

Descrição: EMP_72 - Campo Modalidade da Licitação/Forma de Contratação preenchido com "NSA - Não se aplica" em todos os lançamentos do arquivo EMPENHO.TXT referente ao mês 10/2020

Justificativa: Não foram realizados procedimentos licitatórios no Poder legislativo no mês de 10/2020, somente pequenas compras, que foram dispensadas pelo Artigo 24 da Lei 8666, sem a necessidade de formalização do processo.



52001031812827624

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

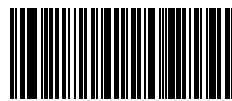
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



52001031812827624



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 24 de Novembro de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176
 Período: 01/01/2020 a 30/11/2020
 Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS
 Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão
 HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br
 Presidente da Câmara Municipal: ELÓI NARDI
 Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Tipo de entrega: Semestral
 nr: 681 compl: cp 48
 E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br
 Telefone: (54) 3341-3889
 Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
 Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ: 04311157000199
 Responsável: RAFAEL SEBEN

Telefone: (51)21182200
 E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	657.056,60
Liquidado	647.942,44
Pago	637.088,17
SALDO A LIQUIDAR	9.114,16
SALDO A PAGAR	10.854,27

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

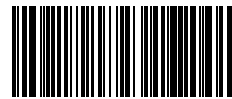
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	536.037,85D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	393.548,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	17.843,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.475,40C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	606.588,51D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	1.912,93D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	34.678,86D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	3.539,07D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.165.677,19C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	1.928.638,63D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	1.928.638,63C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.549.978,66D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	1.416,14D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.549.978,66C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	1.416,14C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	535.504,78D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	535.504,78D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	535.504,78D

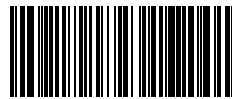
2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.382.398,38	864.928,37
Demais Contas	13.700.029,97	14.217.499,98
Totais	15.082.428,35	15.082.428,35
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		7.744

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13º subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Agosto	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Setembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Outubro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Novembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	1.588,07	0,00

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

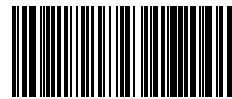
Descrição Valor Digitado

3.1.4 Remuneração dos Vereadores

Código	Especificação	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00

3.1.5 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VII do artigo 29 da CF

Receita total do Município 0,00
Limite Legal - inciso VII do art. 29 da Constituição Federal



(5% s/ Receita Total do Município)	0,00
Total da Remuneração de Vereadores	0,00
Percentual do Total da Remuneração de Vereadores sobre a Receita total do Município	0,00%

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 31,953%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 15,031%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 8,896%

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp

Não foram inseridas observações.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1.3 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município - Valor Digitado

5.2.8 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo)

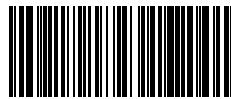
5.2.8.2 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00



CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal		0,00	0,00	0,00

5.2.9 Modelo 11 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Atual		
	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo



62001030391367152

5.2.10.3 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Gastos Totais do Legislativo - do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA CORRENTE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE DESPESA DE CAPITAL

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS DESPESAS

0,00 0,00 0,00

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00

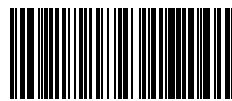
5.2.10.4 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Folha de Pagamento do Legislativo - do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



62001030391367152

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		0,00	0,00	0,00
TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.

6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Nada a declarar.



62001030391367152



CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 17 de Dezembro de 2020

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

ELÓI NARDI
Presidente da Câmara Municipal



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Período: 2º Semestre
CM DE GETÚLIO VARGAS



52005133392359321

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/01/2021

13:34:46

3.0.1.4

Pág.: 1/3

Nome da Entidade: CM DE GETÚLIO VARGAS

CNPJ: 30974494000176

ORGÃO Nº: 48801

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 62003133574871282 (Modelo 14)

É Encerramento de Mandato? Sim

Lei de Instituição do Controle Interno: 3075

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 28/12/2001

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 5502

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2019

Norma que aprovou o Regimento Interno do Controle Interno: Decreto nº 3.393/19

(Não possui Decreto que regulamenta a Lei de Instituição do Controle Interno)

Forma de Estruturação do Controle Interno:

O SCI é composto por servidores com dedicação exclusiva, com objetivo de executar as atividades de controle municipal, no âmbito do Poder Executivo

O município realizou concurso para a admissão de servidores para comporem a unidade de controle interno.

Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

- Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
583604099	Francis Albino Zanelato	Agente de Controle Interno	controleinterno@pmgv.rs.gov.br	

- Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

Não existem beneficiários de pagamento de Sentenças Judiciais no Poder Legislativo.

Não foram inseridas observações para este item.

17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2020, foram efetuadas pelo Poder Legislativo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Legislativo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2020.

O Poder Legislativo não excedeu o limite de 6% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2020.

Não houve a realização de ato que resultou aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final de mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Período: 2º Semestre
CM DE GETÚLIO VARGAS



52005133392359321

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/01/2021

13:34:46

3.0.1.4

Pág.: 2/3

20 - Gastos Totais do Legislativo

O Poder Legislativo apresentou 1,73% de **Gastos Totais**, cumprindo o limite legal estabelecido no art. 29-A da CF.

O Poder Legislativo apresentou 23,15% de **Folha de Pagamento**, cumprindo o limite legal estabelecido no art. 29-A da CF.

Os valores da Receita Realizada no Exercício Anterior Atualizada, dos Gastos Totais e da Folha de Pagamento foram apurados conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE/RS.

Não foram inseridas observações para este item.

21 - Restos a Pagar - Últimos 8 meses de mandato

O Poder Legislativo, no que concerne a Restos a Pagar por recursos vinculados, não apresentou insuficiência financeira decorrente de empenhos emitidos no período de 01/05 a 31/12/2020 (últimos 2 quadrimestres do mandato).

Não foram inseridas observações para este item.

22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Legislativo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Não foram inseridas observações para este item.

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar.



MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER LEGISLATIVO
EXERCÍCIO DE 2020
Período: 2º Semestre
CM DE GETÚLIO VARGAS



52005133392359321

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



3.0.1.4

20/01/2021

13:34:46

Pág.: 3/3

CM DE GETÚLIO VARGAS, 20/01/2021

JEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal

Francis Albino Zanelato
Responsável pelo Controle Interno



62008133574871282

19/01/2021 - 13:06:41

Balço Patrimonial

CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176

01/01/2020 a 31/12/2020

a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	17.701,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.681,32
CREDITOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	20,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	395.338,67
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00
CREDITOS A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	0,00
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	0,00
IMOBILIZADO	395.338,67
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
TOTAL	413.039,99

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	17.696,25
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.573,32
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.680,76
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	493,85
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	4.948,32
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
TOTAL DO PASSIVO	17.696,25
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	395.343,74
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	395.343,74
TOTAL	413.039,99

Processo
00490-0200/20-3Página da
peça
1Peça
3264567DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
P0134A02



62008133574871282

Balanco Patrimonial

CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176

01/01/2020 a 31/12/2020

b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
ATIVO FINANCEIRO	17.681,32
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	17.681,32
ATIVO PERMANENTE	395.358,67
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	395.358,67
TOTAL	413.039,99

PASSIVO (II)	
PASSIVO FINANCEIRO	17.696,25
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	17.696,25
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
PASSIVO PERMANENTE	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	0,00
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	0,00
TOTAL	17.696,25
SALDO PATRIMONIAL (I - II)	395.343,74

c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	-0,32
8003	CAMARA EXTRA	-14,61
Total		-14,93



62008133574871282

19 / 01 / 2021 - 13 : 06 : 41

Balanco Patrimonial

CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176

01/01/2020 a 31/12/2020

Processo
00490-0200/20-3

e. Notas Explicativas

Nota 1- Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 2- O Somatório dos valores em Caixa e Bancos, bem como equivalentes, em 2020 totalizaram R\$ 17.701,32, comparados com o exercício anterior verifica-se uma redução de 1,85%.

Nota 3- Inexistem bens adquiridos em estoques no exercício de 2020.

Nota 4- Os Bens Móveis constantes do inventário geral em 2020 apresentam um saldo de R\$ 50.983,47, tendo sido adquiridos bens móveis no exercício de 2020 no montante de R\$ 1.790,00. No tocante a registros de reavaliação, depreciação, amortização e outros ainda não estão devidamente implementados. Do mesmo modo os Bens Imóveis apuramos um saldo em 2020 no montante de R\$ 344.355,20, sendo que nada foi incorporado a bens imóveis em 2020. Não há registros de bens intangíveis no patrimônio do legislativo municipal.

Nota 5- As obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto e Longo Prazo apresentam valores reconhecidos pelo Regime de Competência, os quais estão devidamente registrados.

Nota 6- O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos deduzidos de todos os passivos. Neste sentido foi apurado um resultado que evidenciou um superavit do exercício de R\$ 395.343,74.

Página da
peça
3

GETÚLIO VARGAS, 19 de Janeiro de 2021

Gestor responsável pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2020 - Elói Nardi - Presidente da Câmara Municipal**Responsáveis pela entrega dos documentos**

MARIO ALCIR TYBURSKI

Contabilista

JEFFERSON WILIAM KARPINSKI

Presidente da Câmara Municipal

Peça
3264567DOCUMENTO
PUBLICOACESSO
P0134A02



Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2020
CM DE GETÚLIO VARGAS
2º Semestre



62003133574871282



20.0.0.8
19/01/2021
13:06:41
Pág.: 1/3

Nome da Entidade: CM DE GETÚLIO VARGAS

CNPJ: 30974494000176

ORGÃO Nº: 48801

Geração do PAD: Poder Legislativo

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53

Valores expressos em reais

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015	VALOR AJUSTADO
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)	51.549.328,04

MODELO 10 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55

Valores expressos em reais

DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% S/RCL
Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses	675.744,12	1,31 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		5,40 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		5,70 %
Limite Legal - LRF, alínea "a" do Inciso III do art. 20		6,00 %

MODELO 11 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

Valores expressos em reais

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	12.747,93	0,00
8003	CAMARA EXTRA	0,00	0,00
SUBTOTAL		12.747,93	0,00
TOTAL			12.747,93

Valores expressos em reais

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
8003	CAMARA EXTRA	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00		0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados

0,00



Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2020
CM DE GETÚLIO VARGAS
2º Semestre



62003133574871282



20.0.0.8
19/01/2021
13:06:41
Pág.: 2/3

Não Processados 0,00
Subtotal 0,00

Exercício Atual

Processados 0,00
Não Processados 0,00
Subtotal 0,00

Total Ex Anterior + Ex Atual 0,00

MODELO 13 - DEMONSTRATIVO DOS GASTOS TOTAIS

art. 29 - A da Constituição Federal e inciso VI do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Valores expressos em reais

I - Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior		Valor Atualizado
RREA		42.898.360,41
II - GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor Ajustado
Gastos Totais	1,73 % S/RREA	742.824,25
Limite Legal de Gastos Totais - 3,5% a 7% S/RREA	7,00 % S/RREA	3.002.885,23
<i>Incisos I a VI do art. 29-A da Constituição Federal</i>		
III - FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL		Valor Ajustado
Gastos com Folha de Pagamento	23,15 % S/GT	695.206,40
Limite Legal - até 70,00% sobre o Limite Legal de Gastos Totais	70,00 % S/GT	2.102.019,66



Modelo 14 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2020
CM DE GETÚLIO VARGAS
2º Semestre



62003133574871282



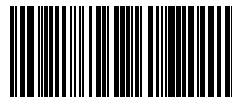
20.0.0.8
19/01/2021
13:06:41
Pág.: 3/3

GETÚLIO VARGAS, 19 de Janeiro de 2021 .

JEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal

MAURO ANDRE FALKOSKI
Responsável pela Administração Financeira

FRANCIS ALBINO ZANELATO
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:

	Sim	Não
Modelos da LRF do Legislativo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1. Informações da Entidade

1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 30974494000176
 Período: 01/01/2020 a 31/12/2020
 Câmara: CM DE GETÚLIO VARGAS
 Logradouro: Rua Irmão Gabriel Leão
 HomePage: www.getuliovargas.rs.leg.br
 Presidente da Câmara Municipal: JEFERSON WILLIAM KARPINSKI
 Contabilista: MARIO ALCIR TYBURSKI

Tipo de entrega: Semestral
 nr: 681 compl: cp 48
 E-Mail: camaragv@camaragv.rs.gov.br
 Telefone: (54) 3341-3889
 Número do CRC: 65885/0-5

1.2 Prestadora de Serviços de Informática

Não Possui Prestadora de Serviços de Informática
 Nome: DUETO TECNOLOGIA LTDA
 CNPJ: 04311157000199
 Responsável: RAFAEL SEBBEN

Telefone: (51)21182200
 E-Mail: comercial@duetotecnologia.com.br

1.3 Sistemas Informatizados

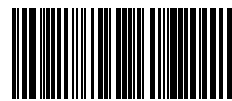
- Contábil
- Financeiro
- Patrimonial
- Pessoal
- Orçamentário
- Tributário
- Folha de Pagamento
- Outros
- Nenhum

2. Informações Contábeis

2.2 Contas de Despesa

2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	1.271.582,03
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	0,00
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	0,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES	1.271.582,03



DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR

PODER LEGISLATIVO

Empenhado	742.824,25
Liquidado	742.824,25
Pago	730.076,32
SALDO A LIQUIDAR	0,00
SALDO A PAGAR	12.747,93

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALOR

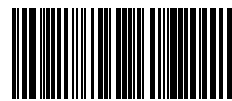
Empenhado	18.027,22
Liquidado	18.027,22
Pago	18.027,22
SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO	0,00
SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO	0,00

2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

ORIGEM DO RECURSO

2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	18.034,77D	17.701,32D
ATIVO NAO CIRCULANTE	393.548,67D	395.338,67D
PASSIVO CIRCULANTE	18.034,77C	17.696,25C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	393.548,67C	393.475,40C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	693.117,30D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	2.089,10D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	40.789,86D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	422.794,60D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
TRIBUTARIAS	0,00	4.347,99D
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	690,00D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.165.677,19C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	20,00C
PLANEJAMENTO APROVADO	0,00	0,00
ORCAMENTO APROVADO	0,00	2.014.406,28D
INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71D	10.539,71D
EXECUCAO DO PLANEJAMENTO	0,00	0,00
EXECUCAO DO ORCAMENTO	0,00	2.014.406,28C



	Saldo Inicial	Saldo Final
EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR	10.539,71C	10.539,71C
ATOS POTENCIAIS	16.339,32D	38.011,32D
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77D	2.561.664,06D
DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	1.416,14D
EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS	16.339,32C	38.011,32C
EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA	18.034,77C	2.561.664,06C
EXECUCAO DA DIVIDA ATIVA	0,00	0,00
EXECUCAO DOS RISCOS FISCAIS	0,00	0,00
EXECUCAO DOS CONSORCIOS PUBLICOS	0,00	0,00
APURACAO DE CUSTOS	0,00	0,00
OUTROS CONTROLES	0,00	1.416,14C

2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER LEGISLATIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	18.034,77D	17.681,32D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL PODER LEGISLATIVO	18.034,77D	17.681,32D
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL OUTROS	0,00	0,00
TOTAL	18.034,77D	17.681,32D

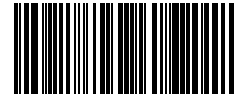
2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	149.311,87	110.291,83	99.989,77
2º Bimestre	106.984,26	115.135,98	109.681,33
3º Bimestre	126.289,32	132.397,44	137.389,15
4º Bimestre	106.501,29	113.398,73	112.265,65
5º Bimestre	103.329,68	111.863,64	111.640,78
6º Bimestre	141.466,39	150.795,19	152.376,42

2.7 Arquivo Livro Diário Geral (TCE_4111)

2.7.1 Arquivo Livro Diário Geral

SOMA TOTAL DOS VALORES



Especificações	DÉBITO	CRÉDITO
Disponibilidades - CTA_DISP.TXT	1.394.062,16	1.394.415,61
Demais Contas	26.992.760,64	26.992.407,19
Totais	28.386.822,80	28.386.822,80
Número Total dos Registros que compõem o arquivo (Campo Finalizador)		8.978

3. Índices Constitucionais

3.1 Índices Constitucionais do Poder Legislativo

3.1.1 Limites Constitucionais do Legislativo - artigo 29 da CF/88

Número de Habitantes: 16212

Número da Lei que Fixou o Subsídio: 5.632 de 13/03/2020

Número de Vereadores: 9

Fonte: IBGE

3.1.2 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VI do artigo 29 da CF

Mês	Subsídio Dep. Estadual RS (A)	Subsídio Máximo Vereador (B) 30,00% sobre (A)	Subsídio Fixado - Vereador / 13° subsídio (C)	Excesso ao Subsídio Máximo (D) [C > B]
Janeiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Fevereiro	25.322,25	7.596,68	3.016,28	0,00
Março	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Abril	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Mai	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Junho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Julho	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Agosto	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Setembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Outubro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Novembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
Dezembro	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00
13o. Subsídio	25.322,25	7.596,68	3.176,14	0,00

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Descrição	Valor Digitado
Receita Total do Município (Item 3.1.3 do RVE)	48.417.379,59

3.1.4 Remuneração dos Vereadores

Código	Especificação	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319011740000000	SUBSIDIOS	352.486,73	0,00	352.486,73
319013020300000	INSS - AGENTES POLITICOS	87.357,02	0,00	87.357,02
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		439.843,75	0,00	439.843,75

Código	Especificação	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



Código	Especificação	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	TOTAL DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA REMUNERAÇÃO DE VEREADORES	439.843,75	0,00	439.843,75

3.1.5 Verificação do Limite Legal conforme disposto no inciso VII do artigo 29 da CF

Receita total do Município	48.417.379,59
Limite Legal - inciso VII do art. 29 da Constituição Federal (5% s/ Receita Total do Município)	2.420.868,98
Total da Remuneração de Vereadores	439.843,75
Percentual do Total da Remuneração de Vereadores sobre a Receita total do Município	0,91%

4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 2%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 2%
EMPENHO.TXT	EMP_73	0	0	INFO	O percentual de ocorrências de Modalidade da Licitação/Forma de Contratação em "NSA - Não se aplica" equivale a 33,673%
EMPENHO.TXT	EMP_86	0	0	INFO	100,00% das 0 licitações desta remessa foram cadastradas no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.
LIQUIDAC.TXT	LIQ_38	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Contrato/Termo em "N = Não" ou "X = Não se aplica" equivale a 15,301%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_39	0	0	INFO	O percentual de ocorrências do campo Existe Nota Fiscal em "N = Não" ou "X = Não se Aplica" equivale a 8,47%
LIQUIDAC.TXT	LIQ_44	0	0	INFO	100,00% dos 4 contratos da remessa foram cadastrados no Licitacon para fins de controle pelos critérios apresentados no Ofício Circular da DCF 002/2020.

5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

5.1 Transparência da Gestão Fiscal

5.1.3 Data e forma de Publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal - Poder Legislativo -§ 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma de publicação
1º Semestre	Mural	28/07/2020	Mural junto ao Centro Administrativo Municipal
	Jornal	28/07/2020	Tribuna Getuliense
	Internet	28/07/2020	http://www.pmgv.rs.gov.br
2º Semestre	Mural	22/01/2021	Mural junto ao Centro Administrativo Municipal
	Jornal	22/01/2021	Tribuna Getuliense
	Internet	22/01/2021	http://www.pmgv.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
28/05/2013	http://sistemaspmgv.no-ip.info:8085/pronimtb/index.asp



62001133574871282

Não foram inseridas observações.

5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

O Município contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

5.2.1.3 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Município - Valor Digitado

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - EC 86/2015 51.549.328,04

5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

5.2.3.2 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Legislativo - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111111912400000	BRGS - CAMARA DE VEREADORES-CNPJ	12.747,93	0,00	12.747,93
8003	111111912380000	BRGS - Extra Orcamentaria - CAMARA	4.933,39	0,00	4.933,39
TOTAL			17.681,32	0,00	17.681,32

5.2.8 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo)

5.2.8.2 Modelo 10 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Legislativo) do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

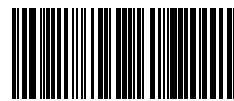
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	691.505,40	0,00	691.505,40
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319008990400000	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	2.089,10	0,00	2.089,10
TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA		689.416,30	0,00	689.416,30

CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
1113031102	IRPF - Legislativo - Exercício Atual	13.672,18	0,00	13.672,18
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		13.672,18	0,00	13.672,18

CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

Total da Despesa com Pessoal	675.744,12	0,00	675.744,12
-------------------------------------	-------------------	-------------	-------------------

5.2.9 Modelo 11 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Anterior

Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

Obrigações de Repasse ao RPPS - Exercício Atual

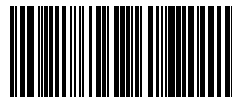
Cod. Conta	Descrição	Valor Digitado	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	12.747,93	0,00	12.747,93	12.747,93
8003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	12.747,93	0,00	12.747,93	12.747,93

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Anterior Valor Ajustado	Ex. Atual			Total Ajustado
		Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	
1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



62001133574871282

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Cód. Recurso Vinculado	Ex. Atual		
	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	12.747,93	0,00	12.747,93
8003	4.933,39	0,00	4.933,39
TOTAL	17.681,32	0,00	17.681,32

LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

1	Recurso Livre - Administracao Direta Municipal
8003	CAMARA EXTRA

5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2019 - 01/01/2019 a 31/12/2019

	Valor Digitado
Receita Realizada no Exercício Anterior	42.898.360,41

5.2.10.3 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Gastos Totais do Legislativo - do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA CORRENTE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3000000000000000	DESPESAS CORRENTES	741.034,25	0,00	741.034,25
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		741.034,25	0,00	741.034,25

CONTAS DE DESPESA DE CAPITAL

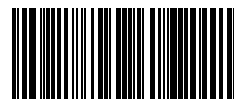
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
4490524400000000	OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	1.790,00	0,00	1.790,00
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		1.790,00	0,00	1.790,00

TOTAL DAS DESPESAS

742.824,25 **0,00** **742.824,25**

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS GASTOS TOTAIS DO LEGISLATIVO		742.824,25	0,00	742.824,25

5.2.10.4 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Folha de Pagamento do Legislativo - do exercício de 2020 - 01/01/2020 a 31/12/2020

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	691.505,40	0,00	691.505,40
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		691.505,40	0,00	691.505,40

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00

CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
339046010000000	INDENIZACAO AUXILIO - ALIMENTACAO	3.701,00	0,00	3.701,00
TOTAL DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		3.701,00	0,00	3.701,00
TOTAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DO LEGISLATIVO		695.206,40	0,00	695.206,40

5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

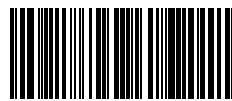
5.5.2 Poder Legislativo

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2020.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2019.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2020.



6. Cadastro de Administradores da Entidade

6.1 Administradores da Entidade

Poder Legislativo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Elói Nardi

CPF: 2340178053

Cargo/Função: Presidente

Mandato - Início e Término: 01/07/2020 a 31/12/2020

Nome: Domingo Borges de Oliveira

CPF: 61473480949

Cargo/Função: Presidente

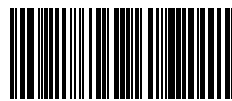
Mandato - Início e Término: 01/01/2020 a 30/06/2020

Não houve substituições formais no período.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

No mês de dezembro/2020 relativamente ao item subsídios do Presidente estão computados R\$ 4.129,06 correspondente ao subsídio do mesmo e R\$ 2.064,53 relativo ao pagamento da 2ª de parcela do 13º Salário, perfazendo o montante de R\$ 6.193,59.



62001133574871282

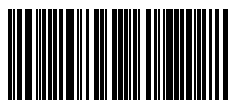


CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

GETÚLIO VARGAS, 19 de Janeiro de 2021

MARIO ALCIR TYBURSKI
Contabilista

JEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal



62010133574871282

Demonstração das Variações Patrimoniais

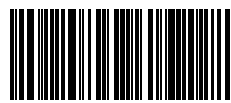
CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176 01/01/2020 a 31/12/2020

a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.165.697,19
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
IMPOSTOS	0,00
TAXAS	0,00
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	0,00
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	0,00
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	1.165.677,19
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.165.677,19
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20,00
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	20,00
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00
VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.163.828,85
PESSOAL E ENCARGOS	693.117,30
REMUNERACAO A PESSOAL	562.871,43
ENCARGOS PATRONAIS	126.544,87
BENEFICIOS A PESSOAL	3.701,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	2.089,10
APOSENTADORIAS E REFORMAS	0,00



62010133574871282

Demonstração das Variações Patrimoniais

CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176 01/01/2020 a 31/12/2020

Conta	Valor
PENSOES	0,00
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	2.089,10
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	40.789,86
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.154,37
SERVICOS	35.635,49
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	422.794,60
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	422.794,60
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	0,00
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00
TRIBUTARIAS	4.347,99
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	4.347,99
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS	0,00
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	690,00
PREMIACOES	690,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	0,00
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.868,34



62010133574871282

19 / 01 / 2021 -
13 : 06 : 41

CM DE GETÚLIO VARGAS

ORGÃO Nº: 48801

CNPJ: 30974494000176 01/01/2020 a 31/12/2020

b. Notas Explicativas

O Resultado Patrimonial do Período tem como premissa o resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi R\$ 1.868,34.

GETÚLIO VARGAS , 19 de Janeiro de 2021

Gestor responsável pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2020 - Elói Nardi - Presidente da Câmara Municipal**Responsáveis pela entrega dos documentos**MARIO ALCIR TYBURSKI
ContabilistaJEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal



Em razão da **VACÂNCIA DO CARGO DE RELATOR** e consoante o disposto no Regimento Interno deste Tribunal, este processo foi **REDISTRIBUÍDO**.

Processo: 000490-0200/20-3
Órgão: CM de Getúlio Vargas
Matéria: Contas Ordinárias
Gabinete: Gab. Ana Moraes Warpechowski
Exercício: 2020

Redistribuído em 31 de Março de 2021.

Rogério de Borba Ávila - Oficial de Controle Externo

Consulte diariamente, no portal do TCE-RS, a distribuição eletrônica dos processos.



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas
Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889
CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS
www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

1

CÂMARA DE VEREADORES
GETÚLIO VARGAS – RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
EXERCÍCIO DE 2020

Senhores Vereadores:

O presente Relatório tem por objetivo resumir as atividades desenvolvidas nesta Casa Legislativa no ano de 2020.

MESA DIRETORA

A Mesa Diretora eleita para o exercício e que esteve em atividade foi:

Presidente: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Vice-Presidente: ELOI NARDI

1º Secretário: AQUILES PESSOA DA SILVA

2º Secretário: JEFERSON WILIAN KARPINSKI

O Cargo de Presidente foi ocupado pelo Vereador Domingo Borges de Oliveira, no período de 1º/01/2020 a 30/06/2020. E posteriormente, pelo período de 1º/07/2020 a 31/12/2020, a Presidência fora assumida pelo Vereador Eloi Nardi.

O Cargo de Secretário dos trabalhos foi ocupado pelo Vereador Aquiles Pessoa da Silva no dia de 1º/01/2020 a 31/12/2020.

COMISSÃO GERAL DE PARECERES

A Comissão Geral de Pareceres eleita para o exercício e que esteve em atividade foi composta pelos Vereadores:



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

2

Presidente: DINARTE AFONSO TAGLIARI FARIAS

Relator: PAULO BORGAMANN

Membro: AMILTON JOSE LAZZARI

Durante o período 30/01/2020 a 22/04/2020, em decorrência do pedido de afastamento e posterior falecimento do Vereador Amilton Jose Lazzari, assumiu a vaga de membro da Comissão Geral de Pareceres a Vereadora Sra. Cleonice Teresinha Petrolí Forlin.

Durante o período 23/04/2020 a 31/12/2020, em decorrência do pedido de afastamento da Vereadora Sra. Cleonice Teresinha Petrolí Forlin da vaga de Membro da Comissão Geral de Pareceres assumiu o posto, através de eleição, o Vereador Sr. Vilmar Antonio Soccol.

COMISSÃO PERMANENTE

A Comissão Permanente eleita para o exercício e que esteve em atividade foi composta pelos Vereadores:

Presidente: DOMINGO BORGES DE OLIVEIRA

Membros: AMILTON JOSÉ LAZZARI, ELOI NARDI, JEFERSON WILIAN KARPINSKI e PAULO BORGMANN

VEREADORES

Os Vereadores que atuaram nesse ano foram: Amilton José Lazzari, Aquiles Pessoa da Silva, Cleonice Teresinha Petrolí Forlin, Deliane Assunção Ponzi, Dinarte Afonso Tagliari Farias, Domingo Borges de Oliveira, Elias Lopes da Silva, Eloi Nardi, Jeferson Wilian Karpinski, Luiz Carlos Webber, Marcos Rogerio Soares Pereira, Paulo Cesar Borgmann, Sélvio da Silva e Vilmar Antonio Soccol.

Foram registrados, no período, nove (06) pedidos de Licença de Vereadores; sendo cinco pedidos para tratar de assunto de interesse particular



e um para tratamento de saúde, bem como houve uma convocação da Suplente Cleonice Teresinha Petrolí Forlin para ocupar o cargo titular de Vereador em decorrência do falecimento do Vereador Sr. Amilton José Lazzari.

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de Servidores da Câmara Municipal esteve composto de:

Diretor Administrativo

Funções desempenhadas pela Sra. Cristiane Piccoli Dalapria no período de 1º/01/2020 até 31/12/2020.

Assessor Jurídico

Funções desempenhadas pelo Adv. Lucas Serafini no período de 1º/01/2020 até 31/12/2020.

Chefe de Gabinete da Presidência

Funções desempenhadas pela Sra. Marília Martinelli Moreira no período de 1º/01/2020 até 31/12/2020.

Assessor de Comunicação Social

Funções desempenhadas pela Sra. Bruna Salvador no período de 1º/01/2020 até 31/12/2020.

Servente

Função exercida pela Servidora Municipal Mercedes da Silva, que desempenhou suas funções junto a Câmara Municipal no período de



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

4

1º/01/2020 até 31/12/2020, através de convênio com o Município de Getúlio Vargas para cedência de 01 (uma) servente municipal, através do Termo de Convênio nº 008/2017, devidamente autorizado pela Lei nº 5.311 de 27 de outubro de 2017.

SESSÕES

Foram realizadas 33 (trinta e três) Sessões Ordinárias e 01 (uma) Sessão Extraordinária, no período de 1º/02/2020 a 31/12/2020. Cabe informar que durante o mês de janeiro o Poder Legislativo esteve em recesso.

SESSÕES SOLENES

No ano de 2020, fora realizada 01 (uma) Sessão Solene, no dia 12 de março, às 19 horas, para concessão do Título de Mulher Cidadã, dita sessão ocorreu na Sala de Sessões Eng. Firmino Girardelo, nas dependências da Câmara de Vereadores.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS PELO PLENÁRIO

PROJETOS DE LEI

Foram 153 (cento e cinquenta e três) os Projetos de Lei apresentados, sendo 145 (cento e quarenta e cinco) provenientes do Executivo Municipal e 08 (oito) apresentados pelo Legislativo Municipal. Dos projetos do Executivo 145 (cento e quarenta e cinco) foram aprovados. Os projetos de Lei apresentados pelo Legislativo 09 (nove) foram aprovados.

REQUERIMENTOS

Os Requerimentos, em número de 03 (três), foram propostos pela Vereadora Cleonice Teresinha Petrolí Forlin (02) e pela Bancada do PP (01)

Sendo que todos os requerimentos foram aprovados.



PEDIDOS DE PROVIDÊNCIAS

Os Pedidos de Providências, em número de 31 (trinta e um), foram propostos pelos seguintes Vereadores: Cleonice Teresinha Petrolí Forlin 01 (um), Deliane Assunção Ponzi 12 (doze), Dinarte Afonso Tagliari Farias 01 (um), Elias Lopes da Silva 03 (três), Jeferson Wilian Karpinski 01 (um), Luiz Carlos Webber 01 (um), Marcos Rogerio Soares Pereira 01 (um), Paulo Cesar Borgmann 03 (três), Sélvio Silva 01 (um), Vilmar Antonio Soccol 04 (quatro) e Bancada do MDB 03 (três). Dos 31 (trinta e um) pedidos de providência, 30 (trinta) foram aprovados e 01 (um) rejeitado.

PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Os Pedidos de Informações, em número de 12 (doze), foram propostos pelos Vereadores: Cleonice Teresinha Petrolí Forlin 01 (um), Deliane Assunção Ponzi 05 (cinco), Dinarte Afonso Tagliari Farias 01 (um), Luiz Carlos Webber juntamente com Deliane Assunção Ponzi 01 (um), e Bancada do MDB 04 (quatro). Dos 12 (doze) pedidos de informação 09 (nove) foram aprovados e 03 (três) rejeitados.

INDICAÇÕES

As Indicações em número de 14 (quatorze) foram apresentadas pelos Vereadores: Aquiles Pessoa da Silva 02 (duas), Deliane Assunção Ponzi 04 (quatro), Dinarte Afonso Tagliari Farias 03 (três), Paulo Cesar Borgmann 03 (três), Vilmar Antonio Soccol 01 (uma) e Bancada do MDB 01 (uma). Sendo que 13 (treze) indicações foram aprovadas e 01 (uma) rejeitada.

VETOS

Não foram apresentados vetos.



PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS

Oito (08) foram os Projetos de Decreto Legislativo – sendo todos preparados pela Mesa Diretora:

- 01- "Estabelece Ponto Facultativo e horário de expediente nos serviços da Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas.";
- 02- "Dispõe sobre a realização da Sessão Solene de entrega do Prêmio 'Mulher Cidadã'.";
- 03- "Estabelece horário de expediente na Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas.";
- 04- "Estabelece ponto facultativo nos serviços da Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas.";
- 05- "Estabelece ponto facultativo nos serviços da Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas.";
- 06- "Aprova a prestação de contas dos gestores do Município de Getúlio Vargas relativo ao exercício de 2019."
- 07- "Aprova a prestação de contas dos gestores do Município de Getúlio Vargas relativo ao exercício de 2018."
- 08- "Estabelece Ponto Facultativo no serviço da Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas."

Os projetos de Decreto Legislativo foram todos aprovados.

MOÇÕES

Foram apresentadas 13 (treze) Moções - propostas pelos seguintes vereadores: Aquiles Pessoa da Silva 01 (uma), Cleonice Teresinha Petroli Forlin 02 (duas), Cleonice Teresinha Petroli Forlin juntamente com Dinarte Afonso Tagliari Farias 01 (uma), Deliane Assunção Ponzi 02 (duas), Dinarte Afonso Tagliari Farias 01 (uma), Eloi Nardi 01 (uma), Paulo Cesar



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

7

Borgmann 02 (duas), Vilmar Antonio Soccol 03 (três). Das 13 (treze) moções apresentadas todas obtiveram aprovação.

RESOLUÇÕES

Foram editadas 07 (sete) Resoluções, todas pela Mesa Diretora:

01 – "Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (Novo coronavírus) no âmbito do Legislativo Municipal."

02 – "Dispõe sobre o acesso aos serviços do Poder Legislativo e regulamenta a realização das sessões durante o período de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID 19)."

03 – "Dispõe sobre o acesso aos serviços do Poder Legislativo e regulamenta a realização das sessões durante o período de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID 19)."

04 – "Dispõe sobre a escala de revezamento dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas/RS."

05 – "Dispõe sobre a aplicação do disposto na Resolução de Mesa n.º 004/2020, de 02 de julho de que considerará a cor da bandeira vigente para o Município, de acordo com o Plano Estruturado de Prevenção e Enfrentamento à Epidemia do novo Coronavírus (COVID 19)."

06 – "Dispõe sobre o acesso ao público nas sessões ordinárias e extraordinárias que ocorrerão durante o período de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID19)."

07 – "Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo do Dia do Servidor Público".

ORDENS DE SERVIÇO

Foram emitidas 10 (dez) Ordens de Serviço pela Mesa Diretora todas estabelecendo os sistemas de revezamento dos funcionários do Poder Legislativo em decorrência da pandemia do Covid 19, em atendimento aos Decretos, Resoluções e Protocolos Estaduais e Municipais.



PROPOSIÇÕES ENCAMINHADAS ÀS COMISSÕES

Foram encaminhadas 09 (nove) Proposições para análise da Comissão Geral de Pareceres, sendo que 08 (oito) Projetos receberam Parecer Favorável, 01 (um) recebeu parecer Favorável com Emenda.

LEGISLAÇÕES EDITADAS

Decreto Legislativo: Editado 08 (oito).

Portarias: Emitidas 09 (nove).

CONTRATOS E CONVÊNIOS

Dentre os Contratos celebrados no ano de 2020 estão aqueles firmados para divulgação dos atos oficiais do Poder Legislativo, sendo um com o Jornal Neivo Ângelo Fabris – ME (A Folha Regional) e outro com o Jornal Empresa Jornalística, Gráfica E Editora Tribuna Getuliense Ltda (Tribuna Getuliense); um com a Rio Grande Tecnologia e Comunicação Multimídia ME, para prestação de serviços de acessos à INTERNET; um contrato firmado com a empresa BBC Comércio e Serviços Ltda, para locação de alarme e monitoramento; um contrato/apólice firmado com a seguradora Sompó Seguros S.A. referente ao prédio da Câmara de Vereadores.

Manteve-se em vigor o Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica nº 04/2018, com Borba, Pause & Perin – Advogados, em decorrência da prorrogação do mesmo por 12 (doze) meses a contar de 01 de março de 2020, através do Termo Aditivo nº 03 ao referido contrato.

Continua em vigor 01 (um) convênio firmando a título oneroso com o Município de Getúlio Vargas para o recebimento de duas linhas de telefone celular do Plano "Vivo Gestão Empresa", conforme Lei 4.678 de 06/09/2013.



Continua em vigor 01 (um) convênio (Termo de Convênio nº 008/2017) firmado com o Município de Getúlio Vargas visando a cedência de uma servidora na função de servente, conforme Lei nº 5.311 de 27 de outubro de 2017.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS

Nesse ano foram adquiridos os seguintes equipamentos ou bens móveis para a Câmara de Vereadores:

01. Aquisição de 02 (duas) placas, sendo 01 (uma) nominata e 01 (uma) galeria de fotos.

DIÁRIAS - ADIANTAMENTO

Segundo as disposições vigentes na Câmara de Vereadores, cada Edil poderá retirar até 15 diárias durante o ano, sendo que neste exercício, foi concedido um total de 03 (três) pedidos de Diária com adiantamento, para vereadores, conforme tabela abaixo:

NÚMERO	PERÍODO DA VIAGEM	DIÁRIAS		ADIANTAMENTO	NOME	CARGO	DESTINO	FINALIDADE
		QUANTIDADE	VALOR					
001/2020	16 a 18 de março	2	R\$ 695,46	350,00	Vilmar Antonio Soccol	Vereador	Porto Alegre - RS	Visita Gabinete Deputados para tratar assuntos relacionados ao Município. <i>Em decorrência da pandemia do Coronavírus e o fechamento de gabinetes de alguns Deputados na Assembleia Legislativa o Vereador não realizou a viagem e não utilizou os valores despendidos que foram restituídos na sua totalidade aos cofres públicos.</i>



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

10

002/2020	24 de agosto	Meia	R\$ 183,07	R\$ 350,00	Jeferson Wilian Karpinski	Vereador	Porto Alegre - RS	Visita Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural para tratar assuntos relacionados ao Município
003/2020	25 de novembro	Meia	R\$ 183,07	R\$ 350,00	Jeferson Wilian Karpinski	Vereador	Porto Alegre - RS	Visita Gabinete Deputados Sergio Turra para tratar assuntos relacionados ao Município.

Além dos adiantamentos requeridos juntamente com os pedidos de diária, acima descritos, foi concedido mais 01 (um) adiantamento conforme tabela abaixo:

NÚMERO	DATA	ADIANTAMENTO		NOME	CARGO	FINALIDADE
		QUANTIDADE	VALOR			
001/2020	09 de janeiro	1	R\$ 150,00	Domingo Borges de Oliveira	Presidente	Aquisição de certificado Digital pessoa física A1 para acesso ao SISCAD como gestor da Câmara de Vereadores

EMPRÉSTIMO DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Fora efetuado 02 (dois) empréstimos de dependências do Prédio do Poder Legislativo para a realização de Prestação de Contas do SUTRAF e convenção partidária municipal.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A previsão orçamentária de 2020 montava R\$ 1.271.582,03 (Hum milhão, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e três centavos) distribuídos nas mais diversas rubricas. Não houve suplementação e reduções orçamentárias, não alterando o total dos créditos ficando os créditos no valor de R\$ 1.271.582,03. Do total de R\$ 1.271.582,03 (Hum milhão, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e três centavos) foram utilizados durante o exercício



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

11

de 2020 o montante de R\$ 742.824,25 (setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos), sendo que apenas 41,58% desses recursos não foram gastos pelo Poder Legislativo.

As despesas com o Pessoal – incluídos aí, os subsídios dos Vereadores, a remuneração dos Servidores e os respectivos encargos sociais - foram de R\$ 675.744,12 (seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e doze centavos) representando 1,31% da Receita Líquida do Período, que foi de R\$ 51.549.328,04 (Cinquenta e um milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e trezentos e vinte e oito reais e quatro centavos).

Foram devolvidos, aos cofres do Município, a quantia de R\$ 422.794,60 (Quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos) .

DESPESA	PARCIAL	REALIZADA R\$
Outros Benefícios Assistenciais	2.089,10	
Vencimentos e Vantagens Fixas –Pessoal Civil	562.871,43	
Obrigações Patronais	121.769,05	
Indenizações Trabalhistas	0,00	
Obrigações Patronais-RPPS	4.775,82	
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	0,00	691.505,40
Diárias – Pessoal Civil	366,14	
Material de Consumo	5.154,37	
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desp	690,00	
Passagens e Despesas com Locomoção	0,00	
Serviços de Consultoria	14.343,02	
Outros Serviços de Terceiros - PF	0,00	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	20.586,33	
Serviços de Tecnologia da Informação	340,00	
Auxílio Alimentação	3.701,00	
Obrigações Tributárias e Contributivas	4.347,99	49.528,85
Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

12

Obras e Instalações	0,00	
Equipamentos e Material Permanente	<u>1.790,00</u>	1.790,00
Total		742.824,25

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA:

Para o ano de 2020, foi fixada a despesa para a Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas de R\$ 1.271.582,03, sendo que durante o exercício financeiro não foram abertos créditos suplementares para as verbas constantes do orçamento, não havendo portanto remanejamento de dotações, não alterando o valor total do Orçamento para o Exercício de 2020. Foram realizadas despesas no valor de R\$ 742.824,25 sinalizando portanto uma economia orçamentária no valor de R\$ 528.757,78. Do total da despesa executada foram efetuados pagamentos no valor de R\$ 730.076,32, ficando um saldo inscrito em restos a pagar processados de R\$ 12.747,93 e em restos a pagar não processados não houve qualquer valor inscrito.

Análise quanto aos restos a pagar:

Findo o Exercício Financeiro de 2020, ficaram despesas inscritas em restos a pagar processados no valor de R\$ 12.747,93 (doze mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos) e também obrigações retidas e integrantes do extra-orçamentário no valor de R\$ 4.933,39 (quatro mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos). Houve a reserva dos recursos financeiros para pagamento destas obrigações.

DO CONTROLE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

Limite das despesas totais do Legislativo

Em conformidade com a Constituição da República, o Poder Legislativo de Getúlio Vargas, poderá atingir até 7% da receita tributária e



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara de Vereadores de Getúlio Vargas

Rua Irmão Gabriel Leão, nº 681 – Fone/Fax: (54) 3341-3889

CEP 99.900-000 – Getúlio Vargas – RS

www.getuliovargas.rs.leg.br | camaragv@camaragv.rs.gov.br

13

transferências constitucionais do ano anterior R\$ 42.898.360,41, por sua vez alcançou o percentual de 1,73% de suas despesas liquidadas R\$ 742.824,25.

Limite das despesas com folha de pagamento

De igual forma, o limite de 70% da receita do Legislativo, fixado pela EC nº 25/00, no seu artigo 29-A, § 1º, foi observado e a despesa com pessoal somou o valor de R\$ 695.206,40, situando-se o Legislativo no patamar de 23,15%.

Limite da despesa total com remuneração dos Vereadores

Em obediência ao que estabelece o art. 29, VII, da CF/88, o limite legal da remuneração total dos Vereadores e encargos é de R\$ 2.420.868,98, que é 5% em relação à receita total do Município de R\$ 48.417.379,59. Sendo que no corrente exercício o gasto total com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 439.843,75, obtendo-se o índice de 0,91%.

Adicionalmente informamos que a remuneração individual do Vereador no exercício findo de 2020 foi de R\$ 3.176,14 mensais, e do Presidente de R\$ 4.129,06 mensal.

Limite da Remuneração individual do Vereador

Em obediência ao que estabelece o art. 29, VI, da CF/88, o limite da remuneração individual do Vereador, que para o Município de Getúlio Vargas é de 30% da remuneração do Deputado Estadual, de acordo com a população de 16.240. Nos termos da Lei Municipal nº 5.180 de 29/07/2016 a remuneração dos Vereadores foi fixada em 2016 e esta remuneração, com revisão geral anual dada pela Lei Municipal nº 5.632 de 13/03/2020, ratificada pela Lei Municipal n.º 5.637, de 31 de março de 2020, é de R\$ 3.176,14 sendo o percentual individual atingido de 12,54% da remuneração do deputado estadual que é de R\$ 25.322,25.



Limite da despesa com pessoal – LRF

O Poder Legislativo Municipal realizou despesas com pessoal no ano de 2020 no valor de R\$ 675.744,12 correspondendo a 1,31% da Receita Corrente Líquida do Município de R\$ 51.549.328,04 ficando, abaixo do limite de 6% estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea "a" da LRF.

ENCERRAMENTO

As atividades realizadas pelo Legislativo Getuliense no ano de 2020 foram apresentadas neste relatório, referente ao período em que exercemos a Presidência desta Casa Legislativa.

Os resultados apresentados com as despesas de pessoal e demais gastos demonstram o cumprimento dos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o atendimento do cumprimento das metas fiscais referentes ao exercício de 2020.

Assim, o presente relatório, de forma sucinta, demonstra a transparência das obrigações contraídas e o limite de gastos e demais informações relevantes, ocorridas nesta casa Legislativa no ano de 2020.

Outrossim, permite-se também demonstrar ao povo Getuliense que sempre foi buscado durante esta administração, honrar com todos os compromissos assumidos ao longo deste ano.

Em razão do esforço conjunto desta Casa Legislativa, no sentido de trabalhar para o povo, objetivando sempre engrandecer o nosso Município, desde já agradecemos a todos que de uma maneira especial contribuíram para a realização dos trabalhos referente ao período analisado, vereadores, mesa diretora, servidores desta casa legislativa e do executivo, secretários





municipais, prefeito e vice-prefeito, sem os quais não seria possível realizar este trabalho tão importante à comunidade.

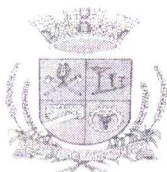
Também aos Partidos Políticos, em especial àqueles com representação na Câmara de Vereadores, à imprensa local e Entidades, nosso respeito e agradecimento pelo apoio recebido em diversas ocasiões.

E por último o agradecimento especial ao povo Getuliense, a quem dedicamos todo o nosso trabalho, na busca do aprimoramento dos objetivos pelos quais fomos eleitos, para trabalhar junto a esta Casa Legislativa, em busca do bem comum, sendo que o presente relatório, vem confirmar o esforço realizado bem como os resultados positivos alcançados durante o ano de 2020.

Getúlio Vargas – RS, 27 de janeiro de 2021.


Vereador Domingo Borges de Oliveira
Presidente – Exercício 2020


Vereador Eloi Nardi
Vice-Presidente – Exercício 2020



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS

RELATÓRIO DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO
MUNICÍPIO SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO DO PODER LEGISLATIVO DO
MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS – RS
EXERCÍCIO 2020

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno do Município de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul, por meio de seu coordenador, apresenta Relatório e Parecer sobre as contas de governo do Poder Legislativo, ambos relativos ao exercício de 2020, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e nos termos do disposto no art. 3º, IV, “b”, da Resolução nº 1.134, de 09 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS.

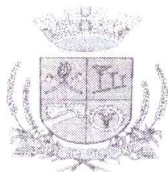
A princípio, cabe destacar que o órgão de controle interno foi instituído pela Lei Municipal nº 3.075, de 28 de dezembro de 2001, e reestruturado pela Lei Municipal nº 5.502, de 29 de março de 2019, com Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.393, de 06 de maio de 2019.

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, por meio de seu Coordenador desenvolveu suas atividades da seguinte forma: elaboração do Plano de Trabalho para o período de janeiro a dezembro de 2020, do qual foi dada ciência ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Em virtude da Pandemia do COVID-19, as auditorias internas programadas não puderam ser realizadas, no entanto houve o acompanhamento pelo Controle Interno das audiências públicas realizadas junto ao Legislativo Municipal.

Ademais, foram respondidos 02 (dois) questionários disponibilizados pelo TCE/RS.

Em relação a observância do limite de gastos estabelecido pelo art. 29-A, I, da Constituição Federal, que fixa o limite dos gastos do Poder Legislativo Municipal em 7% (sete por cento) para municípios com população até cem mil habitantes, o limite fixado para o exercício de 2020 é de R\$ 3.002.885,23. O Poder Legislativo Municipal no exercício de 2020, teve um total de gastos no valor de R\$ 742.824,25, o que representa 1,73 % (um vírgula setente e três por cento) da receita efetivamente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS

2

Página
120

Processo
00490-0200/20-3

Página da
peça
2

Peça
3290301

DOCUMENTO DE ACESSO
RESTRITO

ACESSO
P013AE88

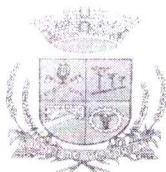
arrecadada em 2020.

O art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal, estabelece que “a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores”. Assim sendo, o limite para os gastos da folha de pagamento no exercício de 2020 fixou-se em R\$ 2.102.019,66 , sendo que o Poder Legislativo Municipal gastou com a folha de pagamento durante o exercício de 2020 o valor de R\$ 695.206,40, totalizando um percentual de 23,15 % (vinte e três vírgula quinze por cento) sobre os gastos totais.

Destaca-se que a Receita Corrente Líquida realizada no exercício de 2020 foi de R\$ 51.549.328,04, e a despesa com pessoal do Poder Legislativo foi de R\$ 675.744,12. Portanto, constata-se que os gastos com pessoal do Poder Legislativo atingiram um percentual de 1,31% (um vírgula trinta e um por cento), atendendo o limite fixado pelo art. 20, III, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000, que fixa como limite o percentual de 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida.

Por fim, registra-se que em 31 de dezembro de 2020 foi inscrito em Restos a Pagar com suficiência financeira, o montante de R\$ 12.747,93 , tendo o Poder Legislativo registrado no Ativo Financeiro, na mesma data, um saldo de R\$ 17.681,32, sendo esse, suficiente para cobrir os compromissos inscritos em Restos a pagar.

É o relatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS

PARECER DA COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO
MUNICÍPIO SOBRE AS CONTAS DE GOVERNO DO PODER LEGISLATIVO DO
MUNICÍPIO DE GETÚLIO VARGAS – RS
EXERCÍCIO 2020

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, mediante o exposto, é de parecer de que o Poder Legislativo Municipal cumpriu os limites legais para as despesas em geral, despesas com folha de pagamento e despesas com subsídios dos vereadores.

Nestes termos, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, salvo melhor juízo, é de parecer favorável às contas de governo do Poder Legislativo do Município de Getúlio Vargas -RS referentes ao exercício de 2020.

É o parecer.

Getúlio Vargas, 27 de janeiro de 2021.

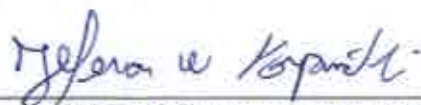
Francis Albino Zanelato
Agente de Controle Interno

E

DECLARAÇÃO
DE REGULARIDADE DAS
DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Nos termos do art. 4º, inciso III, letra "d", da Resolução nº 1.099/2018 e do art. 15 da Resolução nº 963/2012, ambas do Tribunal de Contas do Estado, combinadas com o art. 13 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, DECLARO que todos os agentes públicos atuantes no Poder Legislativo estão em dia com as declarações de bens e rendas de que tratam as legislações referidas, sendo que estão arquivadas e a disposição dos interessados no Departamento de Pessoal.

Getúlio Vargas - RS, 26 de janeiro de 2021.




JEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

F

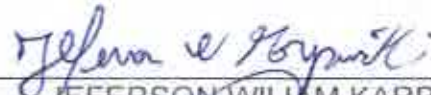
DECLARAÇÃO
INCISO III, LETRA "F"
DA RES. 1099/2018 - TCE
SOBRE AS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

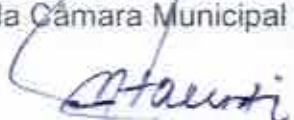
DECLARAMOS, para os devido fins e em especial para comprovação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos da alínea "F" do artigo 2º da Resolução nº 1099/2018, que o Poder Legislativo do Município de Getúlio Vargas, através da Secretaria Municipal da Fazenda, unidades de Tesouraria e Contabilidade Municipal, efetuou as conciliações bancárias de todos os valores de movimentação financeira do exercício de 2020 e que os resultados refletem a real movimentação dos recursos financeiros e bancários.


Câmara Municipal de Vereadores de Getúlio Vargas – RS, 26 de janeiro de 2021.


MARIO ALCIR TYBURSKI
CRC/RS nº 65.885/0-5
Responsável Contador

De acordo em data supra:


JEFERSON WILIAM KARPINSKI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores


MAURO ANDRÉ FALKOSKI
Secretária Municipal da Fazenda


JUCIANI ZORZAN
Tesoureira



RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Licitações

Órgão				Data/Hora da consulta
CM DE GETÚLIO VARGAS				22/09/2021 05:09:21
Data Início	Data Fim	% Fora do prazo	Atraso Médio	
01/01/2020	31/12/2020	0,00		

No período foram cadastrados eventos de 4 licitações e não há registro de atrasos.



RELATÓRIO DE TEMPESTIVIDADE - Contratos

Órgão
CM DE GETÚLIO VARGAS
Data/Hora da consulta
22/09/2021 05:09:22
Data Início
01/01/2020
Data Fim
31/12/2020
% Fora do prazo
18,18
Atraso Médio
10,00 dias

Contrato	Tipo Documento	Data Evento	Data Cadastro	Prazo Decorrido (dias úteis)	Prazo Envio	Atraso (dias úteis)
Contrato 3/2020	Suspensão de ofício	15/08/2020	08/09/2020	15	5	10
Contrato 4/2020	Suspensão de ofício	15/08/2020	08/09/2020	15	5	10

Valores restituíveis - 2188

Ano Remessa	Bimestre	Jurisdicionado	Cod Conta Verificação	Conta Verificação	Saldo Atual Credito	Saldo Atual Debito	Tipo Nível Conta Verificação	Número Nível Conta Verificação	Cod Sistema Contábil	Conta Escriturável
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21880000000000000000	VALORES RESTITUIVEIS	4.948,32	0,00	S	04		N
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881000000000000000	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDACAO	4.948,32	0,00	S	05		N
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010000000000000	CONSIGNACOES	4.948,32	0,00	S	06		N
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010200000000000	CONTRIBUICAO AO RGPS	3.967,29	0,00	S	07		N
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010209000000000	INSS	3.967,29	0,00	A	08		S
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010300000000000	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	966,01	0,00	S	07		N
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010302000000000	IPE Contribuicao Funcionarios	287,64	0,00	A	08		S
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010308000000000	BANRISUL-Empr Consignacoes	678,37	0,00	A	08		S
2020	12	CM DE GETÚLIO VARGAS	21881010800000000000	ISS	15,02	0,00	A	07		S

Status da Seleção:

Cod Conta Verificação: *2188*

Origem_Verificacao: BALVER

Ano Remessa: 2020

Jurisdicionado: CM DE GETÚLIO VARGAS

Sigla Serviço Regional: SREC

Assinado digitalmente por: Valdemar dos Santos em 09/11/21. Confirma a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificador: PRE.D052.546A.34F8.638A.4166.



Recibo de Envio de Informações Nº 23/2020

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011)

Órgão: CM DE GETÚLIO VARGAS

Site: www.getuliovargas.rs.leg.br

População: 16.184

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S	-	S
9) Informações sobre contratos celebrados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)			
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S	-	S
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Relação dos servidores	S	-	S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S	-	S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S	-	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S	-	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)			
- Cargo do beneficiário	S	-	S
- Número de diárias usufruídas por afastamento	S	-	S
- Período de afastamento	S	-	S
- Motivo do afastamento	S	-	S
- Local de destino	S	-	S
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	S	-	S
- Existência de informações atualizadas	S	-	S
- Existência de histórica das informações (art. 8º)	S	-	S
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	6,60	-	6,60

Código de autenticação

IATN5-LAFQ9-ECFP9

Observação(ões): (1) Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/avaliacao_portais_rs..



Recibo de Envio de Informações Nº 23/2020

LEI DA TRANSPARÊNCIA (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e alterações)

Órgão: CM DE GETÚLIO VARGAS

Site: www.getuliovargas.rs.leg.br

População: 16.184

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)			
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S	-	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S	-	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S	-	S
- Procedimento licitatório, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade	S	-	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S	-	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S	-	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S	-	S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000)			
- Balanço Orçamentário	N	S	S
- Balanço Financeiro	N	S	S
- Balanço Patrimonial	N	S	S
- Demonstração das Variações Patrimoniais	N	S	S
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	N	S	S

Código de autenticação

IATN5-LAFQ9-ECFP9

Observação(ões): (1) Verificação realizada de acordo com as orientações da Cartilha: Acesso à Informação na Prática – O que publicar no Portal? Orientações para Prefeituras e Câmaras, disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/publicacoes/estudos/avaliacao_portais_rs..



Recibo de Envio de Informações Nº 26/2020

Resultado da Transparência nos Portais de Internet 2020 - Ouvidoria

Órgão: CM DE GETÚLIO VARGAS

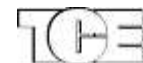
Site: www.getuliovargas.rs.leg.br

População: 16.184

Período da Pesquisa: 22/06/2020 a 18/09/2020. Período para apresentação dos recursos: 21/09/2020 a 09/10/2020 conforme orientações dos Ofícios Circulares DCF nº 22/2020, de 08/09/2020, nº 23/2020, de 14/09/2020 e nº 26/2020, de 21/09/2020.

Pergunta	Avaliação Preliminar	Apresentou Recurso?	Avaliação Definitiva
25) Participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública (Lei 13.460/2017)			
- Canal para acesso à Ouvidoria	S		S
- Divulgação da Carta de Serviços ao Usuário – (Art. 7ª da Lei nº 13.460/2017)	S		S
- Divulgação do último Relatório Anual de Gestão (Art. 15, Parágrafo Único, inciso II da Lei nº 13.460/2017)	S		S

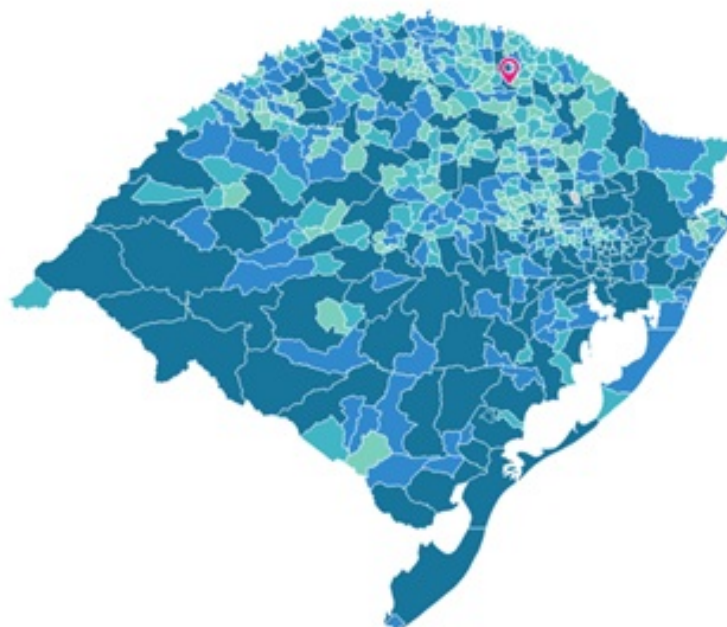
Código de autenticação
SNWB2-DXUW3-UQIW2



RELATÓRIO DE CONTAS ORDINÁRIAS

LEGISLATIVO MUNICIPAL

PROCESSO Nº:	000490-0200/20-3
FISCALIZADO:	CÂMARA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS
CNPJ:	30.974.494/0001-76
EXERCÍCIO:	2020





SUMÁRIO

- 1 GESTORES RESPONSÁVEIS**
 - 2 INTRODUÇÃO**
 - 3 REMESSAS DE INFORMAÇÕES**
 - 3.1 Entregas**
 - 3.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)**
 - 3.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)**
 - 3.1.3 Prestação de Contas Anual**
 - 3.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)**
 - 3.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)**
 - 4 GESTÃO FISCAL**
 - 4.1 Despesa Bruta com Pessoal**
 - 4.1.1 Percentual da despesa com pessoal**
 - 4.2 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro**
 - 4.2.1 Valores restituíveis**
 - 4.2.2 Equilíbrio financeiro**
 - 4.2.3 Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal**
 - 4.3 Publicação de Relatórios**
 - 4.3.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)**
 - 5 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**
 - 5.1 Pesquisas Aplicadas**
 - 5.1.1 Pesquisa do acesso à informação**
 - 5.1.2 Pesquisa da transparência**
 - 5.1.3 Pesquisa da lei das ouvidorias**
 - 6 LIMITES CONSTITUCIONAIS**
 - 6.1 Gastos Totais e com Folha de Pagamento**
 - 6.1.1 Receita efetivamente realizada no exercício anterior**
 - 6.1.2 Gastos totais**
 - 6.1.3 Gastos com folha de pagamento**
- RESPONSABILIZAÇÃO**



1 GESTORES RESPONSÁVEIS

No quadro a seguir constam as autoridades responsáveis pelas contas do Poder Legislativo de Getúlio Vargas, ora analisadas.

Quadro 1 – Gestores responsáveis e substitutos

Cargo	Nome	Período de Responsabilidade
Presidente	Domingo Borges de Oliveira	01-01-20 a 30-06-20
Presidente	Elói Nardi	01-07-20 a 31-12-20

Fonte: SISCAD.

2 INTRODUÇÃO

Consoante os arts. 71, II, e 75 da Constituição Federal; art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); e o art. 33, III e V, da Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do TCE-RS), compete a este Tribunal de Contas "julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta".

Para subsidiar o exercício desta competência, foi elaborado o presente relatório, que contém avaliação da Gestão Fiscal e apuração de índices constitucionais do Poder Legislativo de Getúlio Vargas referente ao encerramento do exercício financeiro de 2020.

Essa análise foi realizada por meio dos dados fornecidos pelo Poder Legislativo Municipal, relativos ao exercício financeiro de 2020, constantes nos Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, da Despesa Total com Pessoal, das Disponibilidades de Caixa, dos Restos a Pagar, da Receita Realizada no Exercício Anterior, dos Gastos Totais e da Folha de Pagamento, bem como naqueles encaminhados pelos responsáveis pelo Controle Interno do Município, nos termos do disposto na Resolução TCE/RS nº 766/2007, na Resolução TCE/RS nº 1099/2018 e Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016, nº 25/2007 e nº 13/2018.

Os documentos utilizados estão nas peças 3264565 e 3267628, tendo sido levadas em conta, também, as informações da contabilidade disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e as observações existentes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, sendo efetuados os respectivos ajustes, quando necessários.

Contemplou-se nesta tarefa, ainda, o atendimento de outros temas relevantes, tais como os previstos na Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, que acrescenta dispositivos à LRF), Lei de Acesso à Informação (Lei Complementar nº 12.527/2011), para os municípios com mais de 10.000 habitantes, entre outros.

Registra-se a inexistência de processos de tutela de urgência, de denúncias, de representações, de inspeções especiais ou extraordinárias, de processos de contas especiais ou de tomadas de contas especiais de responsabilidade do gestor no exercício em exame.

3 REMESSAS DE INFORMAÇÕES

3.1 Entregas

3.1.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Manifestação Conclusiva de Controle Interno (MCI)



O Relatório da Gestão Fiscal – RGF está previsto no art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, em regra ao final de cada quadrimestre.

A Lei de Responsabilidade Fiscal faculta em seu art. 63, aos municípios com menos de 50 mil habitantes, a emissão do RGF de forma semestral. Entretanto, esse prazo não se aplica aos municípios que estejam acima dos limites da despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais, enquanto perdurar essa situação, ficam subordinados à exigibilidade quadrimestral e aos prazos correspondentes, conforme disposto no § 2º art. 63 da mesma lei.

O RGF deverá ser entregue a este Tribunal nos prazos previstos no art. 4º, inciso II e artigo 8º, inciso II da Resolução TCE/RS nº 1.099/2018, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:

Art. 4º Para o exame das contas de gestão dos Presidentes das Câmaras Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos: (...)

II - a cada quadrimestre ou semestre, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder, conforme o número de habitantes do Município, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, acompanhado obrigatoriamente da Manifestação da Unidade Central de Controle Interno - UCCI sobre o cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ambos gerados pelo SIAPC/PAD e pelo MCI, respectivamente; e

(...)

Artigo 8º Os documentos referidos no artigo 2º, inciso II, e no artigo 4º, inciso II, deverão ser entregues nos seguintes prazos:

I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais – exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder; e

II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes – exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do período a que corresponder.

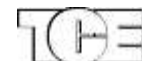
Esta Corte de Contas, a fim de realizar o devido acompanhamento, estabeleceu por meio da Instrução Normativa TCE/RS nº 6/2019, o procedimento de remessa de informações para fins da fiscalização que lhe é atribuída:

Art. 3º (...)

§ 2º O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) corresponderá: (...)

II – no Poder Legislativo Municipal, ao Modelo 14 – Demonstrativo dos Limites, que conterà o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, dos Restos a Pagar, dos Gastos Totais e dos Gastos com Folha de Pagamento, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE.

De acordo com o art. 55 da LRF, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter comparativo dos limites de despesa total com pessoal, indicação de medidas corretivas caso



ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Em seguida, note-se que o referido relatório, conforme art. 4º, inciso II, da Resolução TCE nº 1.099/2018, será acompanhado, obrigatoriamente, de Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno sobre o cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por sua vez, a Instrução Normativa TCE/RS nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração da manifestação conclusiva para a Unidade de Controle Interno.

Esses documentos devem ser entregues a este Tribunal nos prazos previstos no artigo 8º da Resolução TCE/RS nº 1.099/2018, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral.

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 2 – Entregas RGF/MCI

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peças RGF / MCI
2ºS/2019 ⁽¹⁾	30-01-20	27-01-20	0	2500792 / 2510026
1ºS/2020	30-07-20	27-07-20	0	2870686 / 2877413

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas de Gestão nº 3472-0200/19-3

Portanto, o Relatório de Gestão Fiscal foi entregue nos prazos e condições estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.099/2018, na Instrução Normativa TCE-RS nº 06/2019 e nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Da mesma forma, a Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal foi entregue nos prazos e condições estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 1.099/2018 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 01/2016.

3.1.2 Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE)

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações estão previstos na Instrução Normativa TCE/RS nº 6/2019.

Os prazos para remessa dos dados constantes do Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) estão definidos no art. 4º, I da Resolução TCE/RS nº 1.099/2018:

Art. 4º Para o exame das contas de gestão dos Presidentes das Câmaras Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:

I - mensalmente, em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento de cada mês, o Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, o qual será gerado eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

O Relatório de Validação e Encaminhamento contém informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO, e integrará o Processo de Contas do Poder Legislativo Municipal de acordo com o art. 3º da Instrução Normativa TCE/RS nº 6/2019.

Em face ao exposto, procede-se à análise.



As entregas dos Relatórios de Validação e Encaminhamento (RVE) foram efetuadas da seguinte forma, conforme protocolos eletrônicos:

Quadro 3 – Entregas RVE

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso	Peça
Dez/2019 ⁽¹⁾	30-01-20	27-01-20	0	2500781
Jan/2020	02-03-20	28-02-20	0	2585642
Fev/2020	30-03-20	25-03-20	0	2628791
Mar/2020	30-04-20	28-04-20	0	2682722
Abr/2020	01-06-20	20-05-20	0	2715727
Mai/2020	30-06-20	22-06-20	0	2792202
Jun/2020	30-07-20	27-07-20	0	2870685
Jul/2020	31-08-20	25-08-20	0	2940131
Ago/2020	30-09-20	17-09-20	0	2999438
Set/2020	30-10-20	28-10-20	0	3098325
Out/2020	30-11-20	26-11-20	0	3157277
Nov/2020	30-12-20	18-12-20	0	3219383

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas de Gestão nº 3472-0200/19-3

Observa-se na tabela anterior que o Poder **procedeu à entrega** da documentação **dentro dos prazos e condições** estabelecidos na Resolução TCE/RS nº 1.099/2018.

3.1.3 Prestação de Contas Anual

Em relação a essa documentação, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 4 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
ANUAL	31-01-20	27-01-20	0

Portanto, os documentos da prestação de contas **foram entregues dentro do prazo** disposto no artigo 4º, inciso III, da Resolução TCE-RS nº 1.099/2018, conforme protocolo eletrônico nº 276640.

3.1.4 Base de Legislação Municipal (BLM)

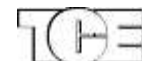
Em relação a essa remessa, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 5 – Informações das Entregas

Período	Prazo até	Data Entrega	Dias de Atraso
4º T/2019 ⁽¹⁾	10-01-20	27-12-19	0
1º T/2020	10-04-20	07-04-20	0
2º T/2020	10-07-20	07-07-20	0
3º T/2020	10-10-20	08-10-20	0

Nota: ⁽¹⁾ Processo de Contas de Gestão nº 3472-0200/19-3

As remessas de normas à Base de Legislação Municipal do TCE-RS foram



encaminhadas nos prazos estabelecidos na Resolução TCE-RS nº 843/2009 e na Instrução Normativa TCE-RS nº 12/2009.

3.1.5 Sistema de Licitações e Contratos (LicitaCon)

Em relação a essas remessas, observa-se, a partir dos respectivos protocolos eletrônicos, a seguinte situação de entrega:

Quadro 6 – Informações das Entregas

Indicador	% Fora do Prazo	Atraso médio (dias)	Peça
Licitações	0	0	(peça 3932291)
Contratos	18,18	10	(peça 3932310)

As remessas de contratos ao Sistema de Licitações e Contratos do TCE-RS (LICITACON) **foram efetuadas em desacordo** com a Resolução TCE-RS nº 1.050/2015 e a Instrução Normativa TCE-RS nº 13/2017, tendo em vista o atraso no cadastramento dos eventos.

Contudo, considerando que o atraso envolveu apenas a suspensão de vigência de dois contratos e que não comprometeu a análise das contas, deixa-se de considerar tal situação como irregularidade passível de esclarecimento.

4 GESTÃO FISCAL

4.1 Despesa Bruta com Pessoal

4.1.1 Percentual da despesa com pessoal

De acordo com o art. 18 da LRF, entende-se como despesa total de pessoal o somatório dos gastos do ente da federação com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

A apuração tem por base a despesa executada no mês de referência e nos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

O limite máximo ou legal da Despesa com Pessoal, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida do Município (art. 19, inciso III, da LRF), distribuído em limites máximos de 6% para o Legislativo e 54% para o Executivo (art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b”, da LRF).

Entretanto, a LRF estabelece, também, os seguintes limites:

- **LIMITE PRUDENCIAL:** Considerando o princípio da gestão fiscal responsável, a LRF, em seu art. 22, parágrafo único, estabeleceu um limite intermediário para a despesa com pessoal chamado de limite prudencial, que equivale a 95% do limite máximo legal do poder ou órgão referido no art. 20 da mesma lei. Caso o ente ultrapasse o limite prudencial, ficará sujeito a algumas restrições que impliquem em aumento de despesa com pessoal.
- **LIMITE DE ALERTA:** O limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1º, do art 59 da LRF, equivale a 90% do limite máximo/legal do Poder ou órgão referido no



art. 20. Quando o Tribunal de Contas constatar que o ente ultrapassou esse limite, deverá alertar o Poder ou órgão.

A verificação do cumprimento dos limites com despesa de pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre por meio do Relatório de Gestão Fiscal, sendo facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação do RGF semestralmente, cujas informações devem ser elaboradas pelo Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo.

Cabe ao Tribunal de Contas: alertar os Poderes ou órgãos quando constatar que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite e quando constar que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei.

Entretanto, se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, é vedado ao Poder ou órgão referido que houver incorrido no excesso conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual; criar cargo, emprego ou função; alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa; prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança e contratar hora extra, salvo as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Na hipótese de descumprimento do limite máximo, o respectivo Poder ou órgão terá o prazo de até dois quadrimestres para a adoção de medidas saneadoras visando à recondução ao limite. A LRF impõe, em seu art. 23, §3º que, no caso de não alcançar a redução no prazo estipulado pela referida lei, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias, obter garantia direta ou indireta de outro ente e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

O Demonstrativo de Apuração da Receita Corrente Líquida acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do Poder Executivo Municipal (art. 52 e art. 53, I da LRF), devendo ser **elaborado de forma individual pelo Poder Executivo**, pelas Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

A RCL resulta da soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes municipais, deduzidas as seguintes receitas orçamentárias correntes:

- A contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência;
- As receitas provenientes da compensação financeira dos diversos regimes de previdência, na contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana. É imprescindível, para tanto, que as referidas receitas estejam adequadamente contabilizadas em contas próprias que as identifiquem.

A Receita Corrente Líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A LRF estabelece, no §1º do art. 2º que serão computados ainda os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87 de 1996 - Lei Kandir - e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (fundo criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, mediante alteração



da redação do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal) e os decorrentes da Lei Complementar.

Apresenta-se quadro-resumo contendo os limites da despesa com pessoal do Poder Legislativo Municipal, preconizados na LRF:

Quadro 7 – Limites da Despesa com Pessoal

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Limite Legal – Alínea “a” do inciso III do artigo 20	6,00%
Limite Prudencial – Parágrafo único do artigo 22	5,70%
Limite para Emissão de Alerta – Inciso II do § 1º do artigo 59	5,40%

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Legislativo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 10 – relativos aos períodos abaixo relacionados, do ano de 2020, que foram inseridos na tabela a seguir para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Quadro 8 – Relação da Receita Corrente Líquida com a Despesa com Pessoal

Período	RCL	DP	%	Peça
1ºS/2020	R\$ 47.324.485,52	R\$ 662.995,69	1,40	2870686
2ºS/2020	R\$ 51.549.328,04	R\$ 675.744,12	1,31	3264566

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Registra-se, na análise da tabela, que os percentuais apurados são **inferiores ao limite máximo** previsto no artigo 20, inciso III, alínea “a” da LC Federal nº 101/2000.

4.2 Restos a Pagar e Equilíbrio Financeiro

4.2.1 Valores restituíveis

São considerados no cálculo da suficiência financeira, tanto os recursos orçamentários como os extraorçamentários. Esses últimos são recursos financeiros transitórios e de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, tendo em vista que se trata de recursos de terceiros, que provocam o surgimento de passivos financeiros, uma vez que não pertencem ao Município. Esses valores não integram o orçamento e sua restituição será feita no futuro, na forma de despesas extraorçamentárias.

São exemplos de recursos restituíveis:

- Cauções em dinheiro;
- Fianças;
- Depósitos de terceiros em garantia;
- Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária;
- Retenções de folhas de pagamento que dependam de repasses aos credores dos recursos (INSS, FGTS)

Ao final do exercício, existe a necessidade de que conste no Ativo Circulante, nos Recursos 8001 a 9999 – Extraorçamentários, saldo suficiente para cobertura dos valores restituíveis inseridos no Passivo Circulante, conforme preceitua o Manual Técnico - Volume III - Recurso Vinculado Aplicável aos Órgãos, Entidades e Consórcios Públicos municipais regidos



pela Lei Federal nº 4.320/64, publicado no portal institucional do TCE/RS, tendo em vista não pertencerem ao Município.

Na hipótese de insuficiência no recurso citado, o Recurso Livre – 0001 deverá comportar tais obrigações.

Quadro 9 – Câmara Municipal de Getúlio Vargas (48801)

Abertura de Valores Restituíveis	Em R\$
Valores Restituíveis (Passivo Circulante - conta 2188) ⁽¹⁾ – I	4.948,32
Rec. Extraorçamentário (Ativo Circulante 8001 a 9999) ⁽²⁾ – II	4.933,39
Insuficiência de Valores Restituíveis (III = II – I)	-14,93
Rec. Livre 0001 (Ativo Circulante) ⁽²⁾ - IV	12.747,93
Suficiência de Valores Restituíveis (V = IV – III)	12.733,00

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

⁽¹⁾ Todas as contas contábeis iniciadas pelo código 2188, no Passivo Circulante (peça 3932311)

⁽²⁾ Peça: 3264565

Controle das Disponibilidades por Código de Recurso

Registra-se que o Poder Legislativo de Getúlio Vargas apresentou saldo de **R\$ 4.948,32** nas contas de Valores Restituíveis contabilizadas no Passivo Circulante (peça 3932311), sendo que **não existem** disponibilidades financeiras suficientes no Recurso 8001/9999 (extraorçamentário) para a cobertura do mesmo (peça 3264565).

Verifica-se que há suficiente disponibilidade financeira no Recurso Livre (peça 3264565) para a cobertura dos Valores Restituíveis (peça 3932311).

Assim, embora não tenham sido utilizados os códigos de recursos vinculados do intervalo de 8001 a 9999 para evidenciar a **cobertura integral** dos recursos extraorçamentários que servirão para pagamento ou devolução dos valores que pertencem a terceiros, registrados no Passivo Circulante, **de uso obrigatório** pelos entes jurisdicionados regidos pela Lei Federal nº 4.320/64, em desatenção ao disposto no Manual Técnico III – Recurso Vinculado (Resoluções TCE nº 766/2007 e nº 883/2010 e Instruções Normativas TCE nº 25/2007 e nº 03/2011), considerando que a insuficiência, pela inexpressividade do valor (R\$ 14,93), não compromete o equilíbrio financeiro do Auditado, deixa-se de considerar tal situação como irregularidade passível de esclarecimento.

4.2.2 Equilíbrio financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2020, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.

Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução



financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

Para fins de verificação do atendimento deste item, foram utilizadas, inicialmente, as informações constantes no Modelo 11 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal - RGF (Legislativo), o qual deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2020. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no SIAPC. Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

As informações constantes no Modelo 14 – Demonstrativo dos Limites (peça 3264566), demonstram a existência de disponibilidades financeiras suficientes para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, **restando atendido o disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.**

4.2.3 Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal

As despesas empenhadas e não pagas devem ser inscritas em restos a pagar ao final do exercício financeiro, nos termos do disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 4.320/1964.

A partir das informações extraídas do Modelo 11 (Demonstrativo dos Restos a Pagar) do Anexo II da Instrução Normativa nº 06/2019 (peça 3264565), demonstra-se, no quadro seguinte, os valores dos empenhos efetuados nos meses de maio a dezembro de 2020, com a identificação dos não liquidados e dos liquidados e não pagos durante o exercício, e as respectivas disponibilidades financeiras, no intuito de verificar o cumprimento do disposto no artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Quadro 10 – Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira

11



Recurso ⁽¹⁾	Restos a Pagar			Disponibilidade Financeira	Insuficiência
	Processados	Não Processados	Total		
0001	R\$ 11.518,32	R\$ 0,00	R\$ 11.518,32	R\$ 12.747,93	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 11.518,32	R\$ 0,00	R\$ 11.518,32	R\$ 12.747,93	R\$ 0,00

Fonte: Dados do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas.

Notas:

⁽¹⁾ Legenda dos códigos de Recursos Vinculados:

0001 - Recurso Livre - Administração Direta Municipal

Conclui-se, na análise da tabela, que o Legislativo **atendeu** aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal nº 101/2000, tendo em vista que há suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nos recursos relacionados na tabela acima, que não foram pagas dentro do mesmo.

4.3 Publicação de Relatórios

4.3.1 Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

A publicação e a divulgação do Relatório de Gestão Fiscal - RGF são de responsabilidade individual de cada um dos Poderes da esfera municipal (Executivo e Legislativo), independentemente de a forma de execução orçamentária e financeira do Legislativo Municipal ser centralizada ou descentralizada.

O objetivo do Relatório é dar transparência à gestão fiscal realizada no período pelo titular do Poder/Órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

De acordo com o Anexo I da Instrução Normativa TCE/RS nº 6/2019, a publicação e divulgação do RGF devem ser realizadas pelos seguintes meios, observando os modelos estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda:

I. Municípios com mais de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet, publicação no Jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) e afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal);

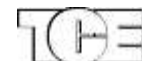
II. Municípios com menos de 50.000 habitantes: disponibilização via Internet e mais um meio: publicação no jornal (local, regional ou Diário Oficial do Município) ou afixação no Mural (da Prefeitura ou Câmara Municipal).

O RGF, conforme previsto no art. 55, § 2º da LRF, deverá ser publicado **até 30 dias após o final de cada quadrimestre**. No entanto, de acordo com o art. 63, inciso II, letra b, da mesma lei, é facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação semestral. Neste caso, a publicação do relatório com os seus demonstrativos deverá ocorrer em **até 30 dias após o encerramento do semestre**.

Importante destacar que, de acordo com o § 2º do mesmo artigo, se, ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar essa situação, o Município com população inferior a cinquenta mil habitantes, que tiver optado em divulgar os referidos anexos do RGF semestralmente, ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes, ou seja, o prazo voltará a ser quadrimestral.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

A publicação e divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal, conforme informações prestadas pelo Poder Legislativo no Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de



Contas – SIAPC foram efetuadas da seguinte forma:

Quadro 11 – Publicação RGF

	Período	Prazo	Data Publicação			Dias de Atraso			Peça
			Mural	Jornal	Internet	Mural	Jornal	Internet	
RGF	2ºS/2019 ⁽¹⁾	30-01-20	28-01-20	28-01-20	28-01-20	0	0	0	2500781
	1ºS/2020	30-07-20	28-07-20	28-07-20	28-07-20	0	0	0	3264565

Nota:

⁽¹⁾ Processo de Contas de Governo nº 3472-0200/19-3

Conforme as informações prestadas pelo Poder Legislativo, **houve publicação e divulgação** dos Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

5 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

5.1 Pesquisas Aplicadas

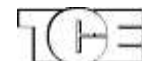
A Lei Complementar nº 101/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 131/2009 e nº 156/2016 exige a disponibilização na Internet de instrumentos de transparência da gestão fiscal, a execução orçamentária e financeira e a disponibilização, por todos os entes da federação, das suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, com a divulgação em meio eletrônico de amplo acesso público.

Os dispositivos das leis supracitadas são regulamentados pelo Decreto Federal nº 7.185/2010, que estabeleceu conceitos e regras para a sua aplicação e dispôs, ainda, sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle.

A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) foi editada em novembro de 2011 e, após uma vacatio legis de 180 dias, entrou em vigor no mês de maio de 2012, obrigando entidades e órgãos públicos a disponibilizar à sociedade informações que, embora produzidas e mantidas pela Administração Pública, são de extremo interesse da coletividade, na sua condição de destinatária e fiscal dos serviços prestados pelo poder público. Além de regulamentar a obrigatoriedade de publicização de informes, a LAI também disciplina a forma pela qual devem ser colocados à disposição da sociedade, como, por exemplo, prevendo sua divulgação na rede mundial de computadores por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com população superior a 10 mil habitantes ¹ (art. 8º, § 2º).

Conforme se extrai da própria lei, trata-se de rol exemplificativo, não se esgotando a obrigação da entidade ou do órgão público pela tão só disponibilização dos dados elencados no artigo 8º, § 2º, da LAI ². Nesse sentido, entende-se que é dever do poder público prestar todas as informações de interesse coletivo ou geral por ele produzidas ou custodiadas, inclusive de forma ativa quando houver viabilidade técnica para tanto.

1. Porém, mantendo-se para os Municípios com população inferior a 10 mil habitantes a exigência de divulgação, em tempo real, de dados relativos à sua execução orçamentária e financeira, de acordo com os critérios e os prazos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 8º, §4º).
2. Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (Grifamos) I - registro das competên-



cias e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

5.1.1 Pesquisa do acesso à informação

A Constituição Federal de 1988 em seu inciso XXXIII, art. 5º, prevê que todos têm direito a receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, de órgãos públicos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade. Estabelece, ainda, que a lei disciplinará as formas de participação dos usuários na administração pública regulando “o acesso dos usuários a registros administrativos sobre atos de governo”.

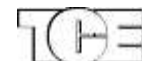
Neste sentido, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso a Informação – LAI veio regulamentar este direito constitucional de acesso às informações públicas, criando mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

O art. 8º, §1º, da referida lei, estabelece quais informações mínimas deverão ser divulgadas pelos órgãos públicos, em local de amplo acesso, independente de requerimento, quais sejam:

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ademais, a LAI, em seu art. 8º, § 3º, institui os requisitos que o sítio dos órgãos públicos deverão atender :

- I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;



V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9o da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Por fim, cabe referir que constitui conduta ilícita ensejando responsabilização do agente público, *“recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa”* (art. 32, I, Lei nº 12.527/2011).

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Com base na análise amostral das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que as exigências da Lei Federal nº 12.527, de 18-11-2011, **estão sendo cumpridas (peça 3932292)**.

5.1.2 Pesquisa da transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o caput do art. 48 da referida lei especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal e as versões simplificadas desses documentos.

Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do citado artigo da LRF, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Nesse sentido, a LC Federal nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF.

Assim, quanto à despesa, está prevista a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado.

Já no que se refere à receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.



Normatizando o art. 48, parágrafo único, inciso III, da LC Federal nº 101/2000, o Decreto Federal nº 7.185/2010 elencou as informações relativas à despesa e à receita que devem ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, de forma amostral, constatou-se que **estão sendo cumpridas**, as exigências de transparência constantes na LC Federal nº 101/2000 (peça 3932313).

5.1.3 Pesquisa da lei das ouvidorias

As Ouvidorias são responsáveis, de forma prioritária, pelo tratamento das reclamações e denúncias¹ a respeito de irregularidades, desvios de conduta e falhas na prestação de serviços, podendo receber, ainda, sugestões e elogios. Efetivam o princípio democrático, por permitirem aos cidadãos que participem na condução dos assuntos relacionados à Administração Pública. Sua implantação é direito do cidadão e permite que se conheça as principais carências e necessidades da população.

A participação dos cidadãos nas escolhas governamentais, a proteção e a defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos passaram a contar com um instrumento fundamental para a sua concretização, a Lei nº 13.460/2017. Redigida com a contribuição do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), tal norma prevê entre outros temas, as atribuições e os deveres das Ouvidorias Públicas, estabelecendo prazos de resposta final às demandas da população. A norma define uma série de procedimentos que devem ser incorporados ao funcionamento das Ouvidorias Públicas e orienta que cada Poder e esfera de governo disponha de atos normativos específicos acerca da sua organização e funcionamento.

Nesse sentido, foram analisados todos os portais dos municípios gaúchos a fim de se verificar a efetiva implantação das Ouvidorias Públicas, em atendimento à Lei 13.460/2017.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que, dentre os aspectos examinados, as exigências da Lei nº 13.460, de 26-06-2017, **estão sendo cumpridas (peça 3932314)**.

Notas

1. Nesse ponto, denúncia se refere à manifestação da população envolvendo problemas na prestação dos serviços públicos.

6 LIMITES CONSTITUCIONAIS

6.1 Gastos Totais e com Folha de Pagamento

Conforme os incisos I a VI do artigo 29-A da Constituição Federal e inciso VI do artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, os **gastos totais** do Legislativo Municipal serão constituídos pelo somatório das despesas orçamentárias liquidadas no exercício do Órgão – Câmara Municipal, deduzidas as despesas orçamentárias com inativos e pensionistas, em atendimento ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal e Decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo nº 13339-02.00/01-0, em Sessão de 14-11-2001.

A composição analítica dos gastos totais do Poder Legislativo Municipal, oriunda das informações contábeis que constam no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE – e



será emitido automaticamente pelo Programa Autenticador de Dados – PAD.

A base de cálculo para fins de aplicação dos limites estabelecidos no artigo 29-A da Constituição Federal é a Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior – RREA sendo constituída pelo somatório das receitas orçamentárias de natureza tributária e das transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos arts. 158 e 159, nos termos do “caput” do artigo 29-A, bem como das receitas orçamentárias provenientes da Contribuição dos Servidores Ativos para o RPPS e Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública – CIP, em atendimento às decisões do Tribunal Pleno nos Processos nos 10087-02.00/01-8 e 1656-02.00/03-6, Sessões de 27-3-2002 e 30-4-2003, respectivamente.

Conforme Parecer nº 25/2003 e Parecer nº 15/2010, a Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior - RREA - deverá ser atualizada monetariamente, segundo os índices de correção monetária legalmente determinados. A atualização referida dar-se-á, mensalmente, pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, nos termos do disposto na Instrução Normativa TCE/RS nº 02/2004.

As informações da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior - RREA - serão, sempre, extraídas automaticamente pelo Programa Autenticador de Dados – PAD, e constarão do Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE, **gerado pelo Poder Executivo Municipal**.

O limite para apuração da despesa com folha de pagamento do Legislativo Municipal será apurada somando-se as despesas orçamentárias liquidadas no exercício com contratações por tempo determinado, benefícios previdenciários, contribuições a entidades fechadas de previdência, salário-família, vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, outras despesas orçamentárias variáveis, outras despesas orçamentárias de pessoal decorrentes de contrato de terceirização, outros serviços de terceiros (pessoa física) auxílio-alimentação, obrigações tributárias e contributivas, sentenças judiciais, despesas orçamentárias de exercícios anteriores e ressarcimento de despesa orçamentárias de pessoal requisitado.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Portanto, a liquidação dos empenhos relativos a pessoal deverá ocorrer no mesmo mês em que for verificada a efetiva prestação do serviço pelos empregados ou servidores públicos.

Nessa linha, e, em atendimento ao Princípio da Competência da Despesa, serão consideradas como liquidadas no cômputo dos gastos totais do Poder Legislativo, para fins de limite da LRF (art. 59, inciso VI), no encerramento do exercício, as despesas orçamentárias do grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais empenhadas e, ainda, não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados.

Na apuração da despesa orçamentária com **folha de pagamento** do Legislativo Municipal, serão adotados, ainda, os seguintes procedimentos:

1) Acréscimo dos gastos com **Auxílio-Alimentação**, tendo em vista a sua ordinariiedade, independentemente de seu caráter indenizatório, em atendimento à Decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo nº 10302-02.00/00-6, em Sessão de 27-06-2001;

2) Dedução dos seguintes gastos:

(a) Ajuda de Custo e Remoções, conforme a Decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo nº 9642-02.00/00-7, em Sessão de 10-10-2001;



(b) **Convocação Extraordinária e INSS sobre Convocação Extraordinária**, conforme a Decisão do Tribunal Pleno no Processo nº 10087-02.00/01-8, em Sessão de 27-03-2002;

(c) **Pensionistas**, conforme a Decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo nº 13339-02.00/01-0, em Sessão de 14-11-2001;

(d) **Inativos**, conforme a Decisão unânime do Tribunal Pleno no Processo nº 10853-02.00/03-3, em Sessão de 07-07-2004;

(e) **Licença-Prêmio Indenizada**, haja vista não ser uma despesa ordinária e que, portanto, não se enquadra nas despesas com folha de pagamento, conforme Decisão do Tribunal Pleno no Processo nº 2663-02.00/05-3, em Sessão de 30-11-2005.

As despesas orçamentárias com **amortização do passivo atuarial** do RPPS **não serão computadas** no cálculo do limite dos gastos totais do Poder Legislativo, e, conseqüentemente, não serão consideradas na apuração da sua despesa com a folha de pagamento, conforme entendimentos deste Tribunal de Contas, manifestados nas Informações da Consultoria Técnica nº 40/2005 ¹ e nº 13/2008 ².

Em face ao exposto, procede-se à análise.

1. Acolhida à unanimidade pelo Tribunal Pleno em Sessão de 10-05-2006. Processo nº 9697-02.00/05-0
2. Acolhida à unanimidade pelo Tribunal Pleno em Sessão de 23-07-2008. Processo nº 1999-02.00/08-7

6.1.1 Receita efetivamente realizada no exercício anterior

O Legislativo apresentou o Demonstrativo dos Gastos Totais - Modelo 13 - do exercício de 2020 (peça 3264566) utilizado para a análise pretendida nesta Instrução Técnica, nos termos do art. 59, inciso VI da LC Federal nº 101/2000, com vistas ao cumprimento do art. 29-A da Constituição Federal.

Ressalta-se que foi realizada atualização monetária na Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior – RREA, nos termos dos Pareceres nº 25/2003 e nº 15/2010 e da Instrução Normativa nº 02/2004.

6.1.2 Gastos totais

Os gastos totais do Poder Legislativo somaram **R\$ 742.824,25**, valor **inferior** ao limite de R\$ 3.002.885,23, correspondente a **7%** sobre a RREA atualizada monetariamente, de R\$ 42.898.360,41.

Assim, conclui-se que o Poder Legislativo **atendeu** ao disposto no art. 29-A (incisos I a VI) da Constituição Federal.

6.1.3 Gastos com folha de pagamento

Os gastos com folha de pagamento totalizaram **R\$ 695.206,40**, representando **23,15%**, **não ultrapassando** o limite de até **70,00%** para os Gastos Totais.

Conclui-se que o Poder Legislativo **atendeu** ao disposto no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.



RESPONSABILIZAÇÃO

Do presente Relatório, conclui-se pela inexistência de responsabilização, tendo em vista a ausência de irregularidades passíveis de serem esclarecidas.



Senhor(a) Supervisor(a): Esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 09/11/2021.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo está em condições de seguir seu trâmite.

Em 11/11/2021.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Consoante disposto na Resolução MPC-RS nº 02/2018, que estabelece o sistema de distribuição eletrônica, o processo abaixo foi **DISTRIBUÍDO** nesta data.

Processo: 000490-0200/20-3
Órgão: CM DE GETÚLIO VARGAS
Matéria: Contas Ordinárias
Gabinete: MPC- Adjunto de Procurador2
Exercício: 01/01/2020 à 31/12/2020

Distribuído em 11/11/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PARECER MPC 15747/2021

Processo nº	000490-0200/20-3
Relatora:	Conselheira Substituta Ana Moraes Warpechowski
Matéria:	Contas Ordinárias - EXERCÍCIO DE 2020
Órgão:	CM DE GETÚLIO VARGAS
Gestores:	Domingo Borges de Oliveira (Presidente) e Elói Nardi (Presidente)

CONTAS ORDINÁRIAS. CONTAS REGULARES.

A inexistência de falhas enseja o julgamento pela regularidade de contas dos Administradores.

Para exame e parecer, o Processo de Contas Ordinárias dos Administradores acima nominados¹.

I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS

O Relatório de Contas Ordinárias (peça 3932293) registra a ausência de inconformidades e a inexistência de processos de tutela de urgência, de denúncias, de representações, de inspeções especiais ou extraordinárias, de processos de contas especiais ou de tomadas de contas especiais de responsabilidade dos gestores no exercício em exame.

¹ Peça 3932293, p. 03.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas pelas **contas regulares** dos senhores Domingo Borges de Oliveira (Presidente) e Elói Nardi (Presidente) no exercício de 2020, com fundamento no inciso I do artigo 84 do RITCE.

É o Parecer.

MPC, em 30 de novembro de 2021.

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI
Adjunto de Procurador
Assinado digitalmente.

110



Processo nº:	000490-0200/20-3
Matéria:	Contas Ordinárias
Órgão:	CM DE GETÚLIO VARGAS
Responsáveis:	Elói Nardi Domingo Borges de Oliveira

Contas Ordinárias. Juízo Monocrático.
Contas Regulares. Inexistência de falhas.

Trata o expediente de **Contas Ordinárias** do(a) Senhor(a) **Elói Nardi e Domingo Borges de Oliveira**, Administradores responsáveis pelo(a) CM DE GETÚLIO VARGAS, exercício de 2020.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer nº 15747/2021**, da lavra do(a) Adjunto(a) de Procurador, **ÂNGELO GRABIN BORGHETTI**, manifesta-se pela regularidade das contas.

Pelo exposto, com base no inciso XVI do artigo 12 do Regimento Interno desta Corte, Resolução nº 1028/2015, acolhendo a instrução técnica e a manifestação do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

a) pela regularidade das Contas Ordinárias do(a) Senhor(a) Elói Nardi e Domingo Borges de Oliveira, Administrador(a) responsável pelo(a) CM DE GETÚLIO VARGAS, exercício de 2020.

b) transitada em julgado a presente decisão estará o feito em condições de ser arquivado, uma vez que atingido o objeto proposto em cumprimento à competência inserta no inciso II do artigo 71 da Constituição Federal.

Publique-se.

Assinado digitalmente pela Relatora.



Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 000490-0200/20-3

Órgão: CM DE GETÚLIO VARGAS

Matéria: Contas Ordinárias

Gabinete: Ana Cristina Moraes Warpechowski

Data decisão: 02/12/2021

Decisão: Pela Regularidade das Contas.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 03/12/2021, no Boletim nº 1690/2021, considera-se publicado na data de 06/12/2021.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2021.

FRANCISCO PUPPO KLIEMANN
Cargo em Comissão



Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 000490-0200/20-3

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 16/12/2021
Processo: 000490-0200/20-3
Órgão: CM de Getúlio Vargas
Matéria: Contas Ordinárias
Exercício: 2020
Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 16 de Fevereiro de 2022.

Andrea Ruthner Stolfo
Oficial de Controle Externo



Termo de Encerramento de E-Processo

O presente Processo está formalmente perfeito, produziu seus efeitos e todas as determinações constantes na Decisão foram cumpridas.

AD 1.4.4.19